AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P.O. Box: 3243, Addis Ababa, Ethiopia, Tel.: (251-11) 551 38 22 Fax: (251-11) 551 93 21
Email: situationroom@africa-union.org

CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA
DÉCIMA-NONA SESSÃO ORDINÁRIA
15 – 16 DE JULHO DE 2012
ADIS ABEBA, ETIÓPIA

Assembly/AU/6(XIX)
Original: Inglês

ANÁLISE DO RELATÓRIO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA SOBRE AS ACTIVIDADES E A SITUAÇÃO DE PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA, INCLUINDO AS ACTIVIDADES DO PAINEL DOS SÁBIOS

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA E A SITUAÇÃO DE PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA

I. INTRODUÇÃO

1. O Relatório sobre as Actividades do Conselho de Paz e Segurança (CPS) e a situação de paz e segurança em África é submetido em conformidade com o Artigo 7º(q) do Protocolo Relativo à Criação do CPS da União Africana (UA). Em conformidade com este Artigo, o CPS deve "submeter, através do seu Presidente, relatórios periódicos à Conferência sobre as suas Actividades e a situação de paz e segurança em África." O presente Relatório, preparado em conformidade com o referido Artigo, cobre as actividades realizadas pelo CPS no âmbito do seu mandato, e fornece um panorama sobre o estado de paz e segurança no continente durante o período de Janeiro a Junho de 2012.

II. ASSINATURA E RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO DO CPS

2. Desde a entrada em vigor do Protocolo do CPS, em Dezembro de 2003, cinquenta e um (51) Estados-Membros assinaram o Protocolo do CPS, enquanto quarenta e sete (47) já o assinaram e ratificaram. Os Estados-Membros seguintes assinaram o Protocolo, mas ainda não o ratificaram: República Centro Africana (RCA), República Democrática do Congo (RDC), Libéria, Seychelles e Somália. Dois Estados-Membros ainda não assinaram nem ratificaram o Protocolo, nomeadamente, Cabo Verde e Sudão do Sul

III. MEMBROS DO CPS E ROTATIVIDADE DA PRESIDÊNCIA

3. Tal como estipulado no Artigo 5º (1) do Protocolo, o CPS é composto de quinze (15) membros com direitos iguais, que são eleitos da seguinte maneira: 10 membros eleitos para um mandato de dois (2) anos e cinco (5) para um mandato de três (3) anos. De referir que o Conselho Executivo, durante a sua 20ª Sessão Ordinária realizada em Adis Abeba, de 26 a 27 de Janeiro de 2012, conduziu eleições para dez lugares vagos no CPS. A lista actual dos membros do CPS em ordem alfabética em inglês é a seguinte: Angola, Camarões, Congo, Côte d'Ivoire, Djibuti, Egipto, Guiné-Equatorial, Gâmbia, Guiné, Quénia, Lesoto, Líbia, Nigéria, Tanzânia e Zimbabwe.

4. Em conformidade com o Artigo 23º do Regulamento Interno do CPS, a presidência do CPS varia entre os seus membros numa base mensal de acordo com a ordem alfabética em inglês da lista dos membros do CPS. Durante o período em análise, a rotatividade da presidência do CPS foi a seguinte:

- Quénia — Janeiro de 2012;
- Líbia[1] — Fevereiro de 2012;

[1]Considerando que a Líbia não tem um Representante Permanente na UA, e em conformidade com o Artigo 24º (3) do Regulamento Interno do CPS, a Nigéria presidiu o CPS durante o mês de Fevereiro de 2012.

- Mali[2] Março de 2012;
- Angola Abril de 2012;
- Camarões Maio de 2012;
- Congo Junho de 2012; e
- Cote d 'Ivoire Julho de 2012.

IV. ACTIVIDADES DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA

5. Durante o período em análise, o CPS, no cumprimento do seu mandato, envidou esforços consideráveis para abordar as situações de crises e conflitos no continente, e em estreita colaboração com todos os outros parceiros, incluindo outros Órgãos da UA e Comunidades Económicas Regionais/Mecanismos Regionais para a Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos (CER/MR), bem como as Nações Unidas, União Europeia (UE) e outros parceiros da UA. A este respeito**, o** CPS realizou dezanove (19) reuniões, incluindo duas a nível ministerial, em Bamako, Mali, a 20 de Março de 2012, e em Adis Abeba, Etiópia, a 24 de Abril de 2012.

6. Durante o período em análise, o CPS realizou sessões de informação para se manter actualizado sobre várias situações de segurança e questões relacionadas. Os países e outros parceiros envolvidos com as situações e questões debatidas foram convidados, em conformidade com as disposições do Protocolo do CPS e de acordo com a prática estabelecida. As reuniões e sessões de informação realizadas durante o período em análise, constam no Anexo I deste Relatório.

(a) Actividades relativas às situações de crises e conflitos e outras questões relacionadas

7. Durante o período em análise, o CPS analisou as situações de crises e conflitos seguintes: Guiné-Bissau, Mali, Somália, a situação entre o Sudão e o Sudão do Sul, e a República Democrática do Congo (RDC). O CPS analisou igualmente a Iniciativa de Cooperação Regional para a Eliminação do Exercito da Resistência do Senhor (LRA), a situação na região do Sahel, as eleições em África e o sofrimento dos refugiados e pessoas deslocadas internamente (PDI) em África.

(i) Guiné-Bissau

8. Durante o período em análise, o CPS consagrou duas (2) reuniões sobre a situação na Guiné-Bissau: a 318ª reunião realizada a 17 de Abril de 2012, e a 319ª reunião decorrida a 24 de Abril de 2012.

9. Na sua 318ª reunião, o CPS:

[2]Do mesmo modo, devido ao golpe de estado no Mali a 22 de Março de 2012, a República do Mali foi suspensa das actividades da UA e dos seus órgãos. Subsequentemente, a Nigéria presidiu igualmente o CPS durante o resto do mês de Março de 2012

- Condenou veementemente o golpe de estado ocorrido na Guiné-Bissau em 12 de Abril de 2012, duas semanas antes da segunda volta da eleição presidencial prevista para 29 de Abril de 2012;

- Salientou a recorrência da interferência ilegal e inaceitável da chefia do exército guineense na vida política do país que contribuiu para a persistência da instabilidade e cultura da impunidade e obstruiu os esforços para o restabelecimento do estado de direito, a promoção do desenvolvimento e a consolidação de uma cultura democrática e o combate contra o flagelo do tráfico de droga;

- Sublinhou a necessidade de África e toda a comunidade internacional demonstrarem firmeza e inflexibilidade perante a gravidade dos actos cometidos pelos perpetradores do golpe de estado e exigiu a reposição imediata da ordem constitucional;

- Decidiu, em conformidade com os instrumentos pertinentes da UA, suspender, de imediato, a participação da Guiné-Bissau em todas as actividades da UA até à reposição efectiva da ordem constitucional; e

- Apelou a todos os parceiros da UA, particularmente as Nações Unidas, a UE, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e parceiros bilaterais, para apoiarem as medidas tomadas pela UA, e trabalharem no sentido de obrigarem os perpetradores do golpe de estado e seus apoiantes a aceitarem a reposição da legalidade constitucional.

10. Na sua 319ª reunião, o CPS:

- Reiterou a exigência da reposição da ordem constitucional, sem demora;

- Reafirmou o princípio de subsidiariedade e, a este respeito, endossou as decisões da CEDEAO, em particular o desdobramento de uma missão de estabilização, e manifestou apreço à CPLP pela sua posição firme sobre a situação, bem como à NU e UE;

- Solicitou a Comissão para compilar e disseminar aos Estados-Membros, após consultas apropriadas, a lista dos membros da junta militar e seus militares e apoiantes civis, para aplicação de medidas individuais, e

- Solicitou ainda a Comissão para acelerar, em consulta com a CEDEAO, a finalização das suas propostas sobre sanções adicionais que serão impostas à junta e aos seus militares e apoiantes civis.

(ii) <u>Somália</u>

11. Durante o período em análise, o CPS realizou três reuniões para analisar a situação na Somália: a 309ª reunião, decorrida a 25 de Janeiro, a 311ª reunião, decorrida a 16 de Fevereiro, e a 312ª reunião, decorrida em 23 de Fevereiro de 2012.

12. Na sua 309ª reunião, o CPS:

- Felicitou o compromisso assumido no Conselho de Segurança da NU em gerir a questão da Somália de forma abrangente, bem como o processo em curso para rever o mandato da Missão da UA na Somália (AMISOM);

- Notou a ameaça contínua dos perturbadores, que minaram o processo de paz na Somália, e, a este respeito, felicitou as medidas tomadas pelo Conselho de Segurança da NU através da adopção da resolução 2023 (2011), no âmbito do seguimento da resolução 1907 (2009) do Conselho de Segurança da NU; e

- Sublinhou o valor do compromisso internacional com a Somália, e a importância da prevista Conferencia de Londres sobre Somália.

13. Na sua 311ª reunião, o CPS felicitou a convocação da Conferencia de Londres, na expectativa de um impacto positivo em termos de reforço do apoio da comunidade internacional nos esforços de desenvolvimento no sector político, de segurança e humanitário na Somália.

14. Na sua 312ª reunião, o CPS:

- Felicitou o resultado da Conferencia de Londres sobre a Somália, e notou com satisfação que as medidas acordadas nesta ocasião contribuiriam ainda mais para a paz e reconciliação na Somália, bem como uma maior estabilidade e segurança para a região e além;

- Apelou aos dirigentes políticos Somalis para honrarem os compromissos feitos para completar a transição atempadamente e criar uma derrogação política mais abrangente e representativa; e

- Saudou a adopção da resolução 2036 (2012), pelo Conselho de Segurança, a 22 de Fevereiro de 2012 na qual o pacote de ajuda da NU à AMISOM beneficia de um aumento significativo, em particular a ajuda ao aumento das forças da AMISOM de 12.000 para 17.731 bem como de pessoal uniformizado; expandindo em conformidade com o pacote de ajuda da NU para a Missão; e autorizando a inclusão, no pacote de ajuda, do reembolso do equipamento pertencente ao contingente e o fornecimento da força necessária para os elementos facilitadores e multiplicadores.

(iii) <u>Sudão/Sudão do Sul</u>

15. O CPS consagrou três reuniões à situação entre o Sudão e o Sudão do Sul: a 308ª reunião decorrida a 16 de Janeiro de 2012, a 310ª reunião, a 14 de Fevereiro de 2012, a 317ª reunião, a 12 de Abril de 2012, e a 319ª reunião, realizada a 24 de Abril de 2012, a nível ministerial.

16. Na sua 308ª reunião, o CPS:

- Notou com satisfação o progresso feito em algumas questões pendentes, particularmente a demarcação de fronteiras, manifestando por outro lado grande preocupação pela falta de progresso na abordagem das questões centrais que afectam as relações entre os dois Estados, nomeadamente a questão da nacionalidade, segurança nas fronteiras, Abyei, o acesso ao petróleo bem como as questões humanitárias;

- Exortou ambos o Sudão e o Sudão do Sul para se empenhar seriamente no processo de negociação, em conformidade com o principio acordado de dois estados viáveis, em paz com, e mutuamente favorável para cada um; e

- Felicitou o Painel de Implementação de Alto Nível (AUHIP) pelo seu firme compromisso em facilitar as negociações entre as duas Partes.

17. Na sua 310ª reunião, o CPS:

- Salientou a profunda preocupação da UA relativamente às medidas unilaterais tomadas por ambos os estados em relação às questões relacionadas com petróleo e produtos petrolíferos, apelando-os a se manterem comprometidos com as negociações sobre as questões económicas, com vista a alcançar um acordo justo;

- Felicitou as Partes pela adopção, durante a reunião extraordinária do Mecanismo Conjunto de Política e Segurança (JPSM), que teve lugar em Adis Abeba, a 10 de Fevereiro de 2012, do Memorando de Entendimento (ME) sobre Não Agressão e Cooperação, felicitou as decisões tomadas imediatamente para reactivar a Missão Conjunta de Controlo e Monitorização de Fronteiras (JBVMM) e apelou aos dois estados para trabalharem estreitamente com o Comandante da Força de Segurança Interina das Nações Unidas para Abyei (UNISFA), para iniciar o desdobramento da JBVMM com efeito imediato;

- Felicitou as medidas tomadas pela Comissão, em cooperação com a Liga dos Estados Árabes e as Nações Unidas, para abordar a questão do acesso humanitário no Nilo Azul e o Sul do Kordofan; e

- Manifestou preocupação pelos dois estados ainda não terem finalizado as questões relacionadas com a demarcação das suas fronteiras e a resolução das áreas em disputa, e chamou as duas Partes para finalizarem as negociações sobre esta questão.

18. Na sua 317ª reunião, o CPS

- Manifestou a sua profunda preocupação em relação à situação prevalecente no terreno, e grande desapontamento pela falha de ambas as Partes na implementação dos Acordos alcançados;

- Condenou firmemente as medidas infelizes e injustificadas que caracterizaram a condução de ambas as Partes ao longo dos últimos meses, que contrariam todos os princípios da UA e as relações e os princípios que regem as relações entre estados soberanos, exigiu a retirada imediata e incondicional do exército do Sudão do Sul de Heglig e instou o Governo do Sudão para cessar com o bombardeamento aéreo no Sul do Sudão; e

- Reiterou o seu apoio aos esforços do AUHIP, e apelou as Partes para se reunirem sob os auspícios do Painel para solucionar esta e todas as outras questões pendentes.

19. Na sua 319ª reunião, o CPS:

- Manifestou grande preocupação em relação à situação prevalecente ao longo da fronteira entre o Sudão e o Sul do Sudão, bem como a consequência da situação humanitária;

- Felicitou a retirada de Heglig do exército do Sudão do Sul, e apelou para a cessação imediata dos bombardeamentos aéreos das Forças Armadas Sudanesas (SAF) contra o Sul do Sudão;

- Reafirmou o seu firme compromisso do respeito pela unidade e integridade territorial do Sudão e do Sul do Sudão e a inviolabilidade da fronteira entre os dois países, definidos na altura da independência do Sudão em 1 de Janeiro de 1956;

- Manifestou profunda preocupação pela falha das duas Partes na implementação dos acordos que eles celebraram livremente;

- Decidiram em conformidade com o exposto acima, adoptar um Roteiro para a implementação de ambos, o Sudão e o Sul do Sudão, com vista a facilitar a tensão prevalecente, facilitar a retomada das negociações sobre as relações pós-secessão e a normalização das suas relações;

- Exortou as Partes a iniciar as negociações incondicionalmente, sob os auspícios do AUHIP e com o apoio do Presidente da IGAD, para alcançar um acordo sobre as principais questões seguintes: disposições sobre o petróleo e pagamentos associados; a situação dos nacionais de um país residente no outro; resolução do estado das zonas fronteiriças disputadas/reivindicadas, a demarcação da fronteira; e o estatuto final de Abyei;

- Decidiu que estas negociações devem ser concluídas dentro de três meses após a adopção desta decisão;

- Decidiu ainda que a falha de uma das partes em implementar as disposições do Roteiro ou a cooperar em boa-fé com o AUHIP para a conclusão das negociações das questões pendentes resultarão nas medidas apropriadas que serão tomadas pelo CPS;

- Solicitou o Governo do Sudão e ao SPLM-Norte para prestarem total colaboração ao AUHIP e ao Presidente da IGAD, a fim de alcançarem uma resolução negociada e apelou o Governo do Sudão para aceitar a proposta tripartida submetida pela UA, as Nações Unidas e a Liga dos Estados Árabes, a fim de permitir o acesso humanitário às populações afectadas nas duas áreas;

- Solicitou a todos os Estados-Membros para apoiarem e respeitarem esta decisão; e

- Solicitou apoio do Conselho de Segurança e sua aprovação, ao abrigo do Capítulo VII da Carta da NU e do Roteiro tal como contido no seu comunicado.

(iv) <u>Mali</u>

20. Durante o período em análise, o CPS realizou seis (6) reuniões para analisar a situação no Mali, incluindo duas (2) a nível ministerial: a 314ª reunião decorrida em Bamako, a 20 de Março de 2012 (ministerial), a 315ª reunião em 23 de Março de 2012, a 316ª reunião a 3 de Abril de 2012, a 317ª reunião decorrida a 12 de Abril de 2012, a 319ª em 24 de Abril de 2012 (ministerial) e a 323ª em Nova-Iorque, a 12 de Junho de 2012;

21. Na sua 314ª reunião, o CPS:

- Manifestou profunda preocupação com a situação causada pelos ataques levados a cabo pelos elementos rebeldes do *Movimento Nacional para a Libertação do Azawad* – MNLA (*Movimento Nacional para a Libertação do Azawad*) e outros grupos rebeldes, incluindo a deslocação massiva da população no Mali e nos países vizinhos;

- Reafirmou o seu compromisso incondicional pelo respeito da unidade nacional, integridade territorial e soberania do Mali, e salientou a determinação da UA e seus Estados-Membros de se salvaguardarem contra esta violação;

- Salientou a rejeição da UA ao recurso às rebeliões armadas no Mali;

- Exigiu a cessão imediata das hostilidades, e exortou os diferentes grupos armados para se comprometerem, sem demora, na busca de uma solução pacífica para a crise no quadro estrito dos princípios da UA; e

- Solicitou ao Presidente da Comissão para tomar todas as medidas necessárias no sentido da UA mobilizar apoio do resto do continente e da comunidade internacional no seu conjunto, nomeadamente através da criação, sob a égide da UA e das Nações Unidas, de um Grupo de Apoio e Seguimento.

22. Na sua 315ª reunião, o CPS:

- Condenou firmemente a dissolução da ordem constitucional no Mali, na sequência do golpe de estado de 22 de Março de 2012 e a tomada de poder por uma ala do exército Maliano;

- Apelou os militares para regressarem imediatamente às suas casernas e salientou a necessidade imediata da restauração da ordem constitucional; e

- Decidiu, em conformidade com os instrumentos pertinentes da UA, suspender, de imediato, a participação do Mali em todas as actividades da UA até à restauração efectiva da ordem constitucional.

23. Na sua 316ª reunião, o CPS:

- Reafirmou o compromisso incondicional da UA e de todos os Estados-Membros à unidade nacional e integridade territorial da República do Mali, e a determinação de África em não poupar esforços para garantir a sua preservação;

- Reiterou o apoio da UA aos esforços da CEDEAO para a preservação e respeito da unidade nacional e integridade territorial do Mali, bem como a restauração da ordem constitucional do país;

- Expressou o seu total apoio às sanções impostas pela CEDEAO, em conformidade com os seus comunicados de 27 e 29 de Março de 2012;

- Enfatizou a necessidade da cessação imediata dos ataques dos movimentos rebeldes no norte do país, a restauração da autoridade do

Governo do Mali em todo o seu território e facilitar a busca de uma solução duradoira para qualquer reivindicação legítima, na base do respeito estrito da unidade nacional, integridade territorial e soberania do Mali; e

- Endossou a decisão da CEDEAO de reactivar o processo de planificação para o possível desdobramento de elementos da sua Brigada de Intervenção, com vista a garantir a protecção da unidade nacional e integridade territorial do Mali, solicitou à Comissão para prestar apoio necessário à iniciativa da CEDEAO, e apelou a todos os Estados-Membros e parceiros da UA para fornecerem apoio financeiro, logístico e outros necessários para os esforços da CEDEAO.

24. Na sua 317ª reunião, o CPS:

- Felicitou os desenvolvimentos encorajadores no Mali relacionados com a restauração da ordem constitucional, em particular a assinatura, em 6 de Abril de 2012, do Acordo Quadro sobre o restabelecimento da ordem; e

- Reiterou o seu apreço à CEDEAO pelos seus esforços incansáveis para pôr termo à solução da crise no Mali; e

- Saudou a investidura do Presidente em exercício, Sr. Dioncounda Traoré, e apelou a todos os actores envolvidos para implementarem escrupulosamente as outras disposições do Acordo Quadro.

25. Na sua 319ª reunião, o CPS:

- Felicitou os desenvolvimentos encorajadores no Mali relacionados com a restauração da ordem constitucional e salientou a necessidade de todas as partes no Mali trabalharem de boa-fé para a implementação dos compromissos tomados;

- Encorajou o Mediador, em estreita consulta com a UA, para continuar a intensificar os seus esforços a fim de garantir a restauração da ordem constitucional, em conformidade com os instrumentos pertinentes da UA e da CEDEAO; e

- Reiterou a sua profunda preocupação com os desenvolvimentos no norte do Mali e firme condenação da UA aos ataques perpetrados pelos grupos armados e terroristas contra o Estado Maliano, incluindo os abusos contra militares malianos e suas famílias em Aguelhok, e rejeitou a “declaração de independência feita pelo Movimento Nacional para a Libertação do Azawad", a qual é nula e ilegítima;

26. Na sua 323ª reunião, o CPS:

- Reiterou a preocupação da UA com a ocupação contínua do norte do Mali por grupos armados terroristas e criminosos que operam nesta área, a intensificação de laços entre as redes criminosas e terroristas, e a situação humanitária calamitosa prevalecente no terreno;

- Reiterou a preocupação da UA com a fragilidade contínua das instituições criadas, como parte do processo para a restauração da ordem constitucional e a interferência persistente de elementos militares na gestão da transição;

- Endossou as conclusões da reunião inaugural do Grupo de Apoio e Seguimento sobre a situação no Mali, realizada em Abidjan, Côte d'Ivoire, a 7 de Junho de 2012;

- Expressou o seu total apoio aos esforços envidados, através de meios pacíficos para a abordagem das causas das rebeliões no Norte do Mali, e o diálogo com os grupos malianos que se comprometeram em negociar na base dos princípios da UA;

- Reafirmou o seu apoio à continuação da mediação da CEDEAO, com a participação dos países centrais, nomeadamente, Argélia, Mauritânia e Níger;

- Sublinhou a necessidade urgente de criar um ambiente propício para permitir que as instituições de transição cumpram as suas responsabilidades integralmente, exigiu a dissolução imediata do Conselho Nacional de Restabelecimento da Democracia e Restauração do Estado (CNRDRE), e solicitou à Comissão, em consulta com a CEDEAO e outros parceiros, para elaborarem uma lista preliminar de indivíduos e entidades que minam o processo da restauração total da ordem constitucional, com efeito imediato;

- Salientou a necessidade de uma cooperação estreita e contínua entre o Governo e os diferentes actores políticos e a sociedade civil no Mali sobre os vários desafios com os quais o país se confronta;

- Autorizou a CEDEAO, em colaboração com os países centrais, em conformidade, para criar as disposições militares e de segurança requerida para a concretização dos objectivos da UA e da CEDEAO no Mali;

- Apelou, ao Conselho de Segurança da NU, como medida urgente, para endossar o previsto desdobramento de uma força da CEDEAO e apelou a todos os Estados-Membros da UA disponíveis, bem como outros parceiros da UA para prestarem todo o apoio necessário; e

- Solicitou às Comissões da UA e da CEDEAO, com o apoio das Nações Unidas e outros parceiros, e em consulta com todos os países vizinhos do Mali, para acelerarem a conclusão do trabalho já iniciado para a definição exacta do mandato e a elaboração do conceito de operações e outros documentos relacionados para a prevista força, em apoio do pedido formal para apoiar o Conselho de Segurança da NU.

(v) <u>República Democrática do Congo</u>

27. Durante o período em análise, o CPS realizou uma reunião sobre a situação na RDC: na 324ª reunião decorrida em 21 de Junho de 2012, O CPS:

- Salientou, uma vez mais, que o recurso à rebelião armada causa uma grave ameaça para a paz, segurança e estabilidade em África, bem como a viabilidade do processo de democratização em curso no continente, e condenou firmemente a acção dos elementos armados envolvidos nos ataques contra o estado Congolês;

- Sublinhou a necessidade de todos os elementos do Congresso Nacional de Defesa do Povo (CNDP) respeitarem escrupulosamente o compromisso feito pelo CNDP, no Acordo de Goma de 23 de Março de 2009, e exigiu a dissolução imediata da ala militar de M23;

- Manifestou profunda preocupação com o impacto humanitário dos combates em curso, nomeadamente sobre grupos vulneráveis, e alertou os líderes do M23 que serão responsabilizados pelos seus actos;

- Expressou indignação em relação à violência contínua contra as mulheres no leste da RDC, e exortou para um fim imediato destes crimes bem como medidas para garantir a sua protecção do grupo em questão e reabilitação das vítimas;

- Expressou o seu total apoio aos esforços do Governo da RDC em restaurar totalmente a autoridade de estado; e

- Encorajou os países da região para fazerem uso dos mecanismos prescritos pelo Pacto de Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos para prestar total apoio à RDC nos seus esforços para a restauração da segurança no Norte do Kivu.

(b) <u>Considerações sobre Questões Temáticas</u>

28. Durante o período em análise, o CPS analisou as quatro (4) questões temáticas seguintes relacionadas com a promoção da paz, segurança e estabilidade em África.

(i) <u>Eleições em África</u>

29. Durante o período em análise, o CPS realizou duas reuniões sobre eleições em África: a 311ª reunião, decorrida em 16 de Fevereiro de 2012, e a 317ª reunião decorrida a 12 de Abril de 2012.

30. Na sua 311ª reunião, o CPS:

- Notou com satisfação que a Comissão enviou uma missão de observação eleitoral ao Senegal, por ocasião da eleição presidencial, cuja primeira volta estava prevista para 26 de Fevereiro de 2012;

- Felicitou a entrada em vigor, a 15 de Fevereiro de 2012, da Carta Africana de Democracia, Eleições e Governação, e exortou todos os Estados-Membros que ainda não o fizeram para tomarem as medidas necessárias a fim de se tornarem partes deste importante instrumento; e

- Acordaram realizar de dois em dois meses, uma sessão para rever o processo eleitoral no continente.

31. Na sua 317ª reunião o CPS:

- Congratulou o povo e os dirigentes políticos do Senegal pela organização bem sucedida da eleição presidencial a 26 de Fevereiro e 25 de Março de 2012;

- Notou a conclusão pacífica da conclusão das eleições presidenciais no Egipto, em 12 de Fevereiro de 2012, bem como a realização da primeira volta da eleição presidencial na Guiné-Bissau, a 10 de Março de 2012, e tomou nota das eleições parlamentares decorridas na Gâmbia, em 29 de Março de 2012;

- Tomou nota das medidas tomadas pela Comissão no sentido de enviar missões de observadores à Argélia e Lesoto, durante as eleições parlamentares previstas para 10 e 26 de Maio de 2012, respectivamente; e

- Reiterou a necessidade dos Estados-Membros que ainda não o fizeram de tomarem medidas necessárias para ratificar a Carta Africana de Democracia, Eleições e Governação, e respeitarem escrupulosamente todos os instrumentos pertinentes da UA que regem a realização de eleições livres, justas e transparentes.

(ii) <u>Região do Sahel</u>

32. Na sua 314ª reunião realizada em Bamako, a 20 de Março de 2012, o CPS adoptou igualmente a Declaração sobre a situação no Sahel, na qual:

- Manifestou preocupação com a situação prevalecente no terreno, notando que a região do Sahel tem enfrentado múltiplos desafios, ligados ao terrorismo e ao crime transnacional organizado, proliferação e tráfico ilícito de armas e conflitos armados latentes, bem como a degradação do ambiente e a alteração climática, insegurança alimentar e crise nutricional;

- Sublinhou a necessidade de uma abordagem abrangente sobre todas as questões controversas;

- Reiterou a necessidade da proibição efectiva de pagamento de resgate aos grupos terroristas, em conformidade com as decisões pertinentes da UA, e exortou aos parceiros para prestarem total apoio neste sentido; e

- Endossou as conclusões da reunião de peritos conjunta UA-NU, realizada em Adis Abeba, a 14 e 15 de Março de 2012, solicitando a Comissão, para trabalhar estreitamente com a NU, e em consulta com outros parceiros, a fim de tomar todas as medidas necessárias para o seguimento e implementação destas conclusões.

(iii) <u>Questão do Exército da Resistência do Senhor (LRA)</u>

33. Durante o período em analise, o CPS consagrou a sua 321ª reunião para analisar as operações da Iniciativa de Coordenação Regional contra o LRA (RCI-LRA), a 22 de Maio de 2012. O CPS:

- Felicitou o progresso feito na implementação da RCI-LRA;

- Endossou as Conclusões da 1ª reunião do Mecanismo de Coordenação Conjunto (JMC), realizada em Adis Abeba, a 8 de Maio de 2012, a qual abordou nomeadamente a arquitectura de controlo e comando da RTF e outras questões relacionadas, a protecção de civis e a coordenação entre a Grupo Especial Regional (RTF) e os gabinetes e Missões da NU no terreno;

- Decidiu renovar para um período adicional de doze (12) meses, a autorização concedida para o lançamento e implementação da RCI-LRA;

- Apelou a todos os Estados-Membros para fornecerem apoio logístico e financeiro aos esforços envidados na implementação da RCI-LRA;

- Exortou aos parceiros da UA para aumentarem o seu apoio aos quartéis das RTF para permitir-lhes desempenhar eficazmente as tarefas que lhe foram consignadas e facilitar o funcionamento efectivo dos diferentes sectores operacionais da Iniciativa; e

- Felicitou as medidas tomadas pela Comissão para a convocação atempada do Fórum de Apoio dos países vizinhos dos Estados-Membros afectados, bem como outros Estados- Membros da UA envolvidos no problema do LRA, bem como os parceiros bilaterais e multilaterais já envolvidos nos esforços contra o LRA, de modo a mobilizar mais apoio para a RCI-LRA.

(iv) <u>Sessão aberta sobre o flagelo dos Refugiados e Pessoas Deslocadas Internamente (PDI) nos países em conflito em África</u>

34. Durante o período em análise, o CPS consagrou a sua 326ª reunião, realizada a 26 de Junho de 2012, ao flagelo dos refugiados e PDI nos países em conflito em África. O CPS:

- Notou com preocupação a situação humanitária dos refugiados, PDI e fluxos migratórios mistos, em particular mulheres e crianças e outros grupos vulneráveis, nos países em conflito;

- Reiterou a necessidade de realojamento dos refugiados nos campos afastados das fronteiras, em conformidade com a Convenção 1969 da OUA sobre Aspectos Específicos da Situação de Refugiados em África;

- Exortou a todos os Estados-Membros para fornecerem protecção aos refugiados e PDI;

- Salientou que, para além da integração da Protecção de Civis (PoC) nas operações de manutenção de paz da UA, os habituais procedimentos operacionais do PoC, devem igualmente integrar as futuras missões da UA; e

- Apelou os Estados-Membros que assinaram a Convenção da Protecção e Assistência às Pessoas Deslocadas Internamente em África, para a ratificarem a fim de assegurar a sua entrada em vigor o mais breve possível.

(c) <u>Reuniões do Conselho de Paz e Segurança ao abrigo do Artigo 17º do seu Protocolo</u>

35. Durante o período em análise, o CPS realizou reuniões com órgãos semelhantes sobre paz e segurança em conformidade com o artigo 17º do seu Protocolo, o qual estipula que, no cumprimento do seu mandato, o CPS deverá cooperar e trabalhar estreitamente com o Conselho de Segurança das Nações Unidas e outras organizações internacionais relevantes. Neste contexto, o CPS realizou duas reuniões consultivas conjuntas anuais com os seus homólogos durante os meses de Maio e Junho de 2012:

(i) <u>5ª Reunião consultiva conjunta anual entre o Conselho de Paz e Segurança e o Comité de Política e Segurança da UE (CPS-UE), Bruxelas, 29 de Maio de 2012</u>

36. Em conformidade com o acordo alcançado em Setembro de 2008, para a realização de reuniões consultivas conjuntas anuais em Adis Abeba e Bruxelas, alternadamente, e no quadro da parceria estratégica entre África e a UE, o CPS e o CPSUE realizaram a sua 5ª reunião consultiva conjunta anual em Bruxelas, a 29 de Maio de 2012. Os dois órgãos trocaram opiniões sobre a situação na Guiné-Bissau, Mali, Somália, e sobre as relações entre o Sudão e o Sudão do Sul, bem como sobre questões relacionadas com o Sahel, a Iniciativa de Cooperação Regional contra o RCI-LRA, antiterrorismo e coordenação das posições sobre questões gerais de interesse mútuo. O resultado da reunião figura no Anexo III deste Relatório.

(ii) <u>6ª Reunião consultiva conjunta anual entre o Conselho de Paz e Segurança da UA e o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), Nova-Iorque, 13 de Junho de 2012</u>

37. Em conformidade com o acordo alcançado em 2007 entre o CPS e o Conselho de segurança da NU, para a realização de reuniões consultivas conjuntas anuais em Adis Abeba e em Nova-Iorque, alternadamente, os dois órgãos realizaram a sua 6ª reunião consultiva conjunta anual em Nova-Iorque, a 13 de Junho de 2012. As duas partes trocaram opiniões sobre a situação na Guiné-Bissau, Mali, Somália, e sobre as relações entre o Sudão e o Sudão do Sul. Eles discutiram igualmente a questão de reforço da sua cooperação e parceria no âmbito da promoção de paz e segurança em África. O resultado da reunião figura no Anexo IV deste Relatório.

(d) <u>Reuniões dos Órgãos Subsidiários do CPS</u>

(i) <u>Comité Militar do Estado-Maior</u>

38. Em 21 e 26 de Abril de 2012, o Comité Militar do Estado-Maior (MSC), tal como estabelecido ao abrigo do Artigo 13º (8) do Protocolo do CPS, convocou uma reunião. Entre outras questões, os participantes analisaram o trabalho do MSC e definiram o seu programa de trabalho para o período de Maio a Outubro de 2012.

(ii) <u>Comité de Peritos do CPS</u>

39. Em 21 de Maio de 2012, o Comité de Peritos do CPS realizou uma reunião para, entre outros aspectos, organizar os preparativos da 5ª reunião consultiva conjunta anual entre o CPSUA e o CPSUE, que estava prevista para 29 de Maio de 2012, em Bruxelas.

(iii) Painel dos Sábios

40. Em conformidade com o Artigo 11º do Protocolo do CPS, o Painel dos Sábios tem mandato para apoiar os esforços do CPS e do Presidente da Comissão,

particularmente na área da prevenção de conflitos, a seu pedido ou por iniciativa própria. Durante o período em análise, o Painel realizou várias actividades.

41. O Painel realizou uma missão conjunta pré-eleitoral com a CEDEAO na República do Senegal, de 21 a 25 de Fevereiro de 2012, no quadro do seu relatório sobre disputas e violência relacionadas com eleições, tal como endossado pela Conferencia da União na sua Sessão Ordinária realizada em Sirte, Líbia, em Julho de 2009. O principal objectivo da missão consistia em facilitar a organização de eleições livres, justas e pacíficas.

42. De 27 a 29 de Abril de 2012, em Tunes, o Painel dos Sábios organizou um workshop subordinado ao tema ‘’Reforço da Governação Política para a Paz, Segurança e Estabilidade em África’’. Este segundo workshop, após o primeiro organizado em Zanzibar, a 5 e 6 de Dezembro de 2011, foi convocado na sequência do comunicado da 275ª reunião do CPS, realizada em Adis Abeba a 26 de Abril de 2011 que solicitava ao Painel para analisar exaustivamente os mecanismos de democratização e governação existentes em África, de modo a submeter recomendações concretas ao CPS. A decisão do CPS foi adoptada no contexto das rebeliões populares no Norte de África, a qual, tal como salientado pelos órgãos políticos da UA, constituem uma oportunidade única para aprofundar o processo de democratização no continente.

43. O Presidente da República da Tunísia, Dr. Mohamed Moncef Marzouki, o Presidente do Movimento da Ennahda, Cheikh Rached Ghannouchi, e o 2º Vice-Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Sr. Arbi Abid, participaram igualmente em algumas sessões interactivas específicas do workshop. Os participantes puderam trocar opiniões com estas altas individualidades sobre a transição em curso na Tunísia e os desafios relacionados com a transição de um sistema autoritário para instituições representativas e democráticas que respeitem os direitos humanos. As lições tiradas da experiencia Tunisina enriquecerão a reflexão conduzida pelo Painel dos Sábios.

44. O workshop foi seguido, a 30 de Abril de 2012, da 12ª reunião do Painel dos Sábios. O Painel aproveitou a oportunidade para analisar o estado de paz e segurança em África. E fez igualmente um balanço sobre as suas actividades realizadas desde a 11ª reunião, decorrida em Zanzibar, Tanzânia, a 7 de Dezembro de 2011.

45. De 4 a 5 de Junho de 2012, em Ouagadougou, Burkina-Faso, o Painel dos Sábios convocou um Retiro sobre o Reforço das Relações com Mecanismos Regionais Semelhantes. O Retiro reuniu, para além dos membros e amigos do Painel dos Sábios, o Conselho dos Sábios da CEDEAO, o Comité dos Anciãos da COMESA e da IGAD, bem como outras instituições relevantes. O Retiro debateu (i) os mandatos e modalidades de operações das estruturas participativas; (ii) analisou as ameaças emergentes para a situação de paz e segurança em África; (iii) e debateu sobre a coordenação e colaboração de esforços na prevenção e mediação de conflitos. A reunião adoptou um Quadro para a Operacionalização de uma “Rede Pan Africana do Painel dos Sábios- PANWISE”. Deve-se realçar que o Presidente Blaise Campaore participou numa das sessões para interagir com os participantes. O Primeiro-ministro

do Burkina Faso, Sr. Luc Adolphe Tiao, abriu a sessão enquanto o Ministro dos Negócios estrangeiros e Integração Regional, Sr. Djibril Bassolé, debatia com os participantes a questão de prevenção e resolução de conflitos.

46. Entretanto ocorreu um triste evento, o Presidente do Painel dos Sábios, e antigo Presidente Ahmed Ben Bella, faleceu no dia 11 de Abril de 2012. O Presidente Ben Bella consagrou grande parte da sua vida não somente à luta pela independência do seu país, Argélia, alcançada em 1962, mas também pela libertação do continente africano em geral. Na sua percepção, a libertação da Argélia não podia ser completa enquanto o continente não fosse libertado da repressão estrangeira e domínio racial. Em conformidade, durante a Cimeira inaugural da OUA, em Maio de 1963, ele exortou os seus pares africanos "*die a little, or even completely*," para completar a agenda de descolonização e a luta contra o apartheid e a discriminação racial. O compromisso do Presidente Ben Bella à causa Pan-Africana nunca esmoreceu. Em 2007, ele aceitou o cargo de Presidente do Painel dos Sábios. O Painel dos Sábios e a Comissão da UA manifestam à sua família e a Argélia a sua dor pela perda de um grande filho de África.

(e) Participação do CPS em outras actividades de paz e segurança

47. O Presidente do CPS para o mês de Abril de 2012, o Embaixador de Angola, participou na 12ª reunião do Painel dos Sábios, realizada em Tunis, a 30 de Abril de 2012. Tal como indicado acima, a reunião foi precedida de um workshop subordinado ao tema Reforço da Governação Política para a Paz, Segurança e Estabilidade em África.

48. Em 7 de Junho de 2012, em Abidjan, o Representante Permanente da República do Congo junto à UA, e igualmente Presidente do CPS durante o mês de Junho de 2012, e o Representante Permanente da República dos Camarões junto à UA, Presidente do CPS durante o mês de Maio de 2012, participaram na reunião inaugural do Grupo de Apoio e Seguimento sobre a situação no Mali. A reunião, organizada sob os auspícios da CEDEAO, UA e Nações Unidas, foi presidida pelo Presidente da Comissão.

V. ESTADO DE PAZ E SEGURANÇA EM AFRICA

49. Durante a sua 18ª sessão ordinária, a Conferência da União, após ter analisado o relatório do CPS sobre as suas actividades e o estado de paz e segurança em África [Doc. Assembly/AU/6 (XVIII)], adoptou a decisão Assembly/AU/Dec.408 (XVIII). Nesta decisão, a Conferência pronunciou sobre o número de situações de crises e conflitos, bem como sobre outras questões relacionadas. Ela forneceu orientações sobre as medidas a serem tomadas para superar as dificuldades encontradas e consolidar a paz no continente.

50. Durante os seis meses decorridos, e apesar dos esforços envidados, o continente continuou a enfrentar graves desafios no domínio da paz e segurança. Além do impasse persistente em certas situações de conflito, as dificuldades encontradas na implementação dos acordos de paz e os problemas ligados à consolidação da paz e à

reconstrução pós-conflito, o período em análise foi marcado pelo ressurgimento de novas crises. Se essas crises não põem em causa a tendência geral para a diminuição dos conflitos observados no continente há duas décadas, não deveriam deixar de considerar os avanços registados, uma vez que não constituem menos motivos sérios de preocupação, que como tal interpelam as instituições competentes e os dirigentes do continente

51. Os parágrafos seguintes descrevem as evoluções relativas às situações no terreno. Cobrem igualmente os esforços envidados no domínio da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito. Tratam, enfim, dos desafios ligados à frequência do recurso à rebelião armada e às tentativas de contrariar o princípio de unidade e integridade territorial dos Estados-Membros da UA.

i) SITUAÇÕES NO TERRENO

a) Comores

52. Nas Comores, registaram-se progressos na consolidação do processo de reconciliação nacional através da acção conduzida pelo Presidente Ikililou Dhoinine e do seu Governo. Importa sublinhar a restauração da confiança entre a autoridade central e os executivos insulares e uma relativa estabilidade política, animada pela decisão altamente simbólica de realizar os Conselhos de ministros nas outras ilhas autónomas do arquipélago.

53. O período em análise, contudo atravessou dificuldades. Foi deste modo que no mês de Abril de 2012, surgiu um diferendo entre o Presidente da Assembleia Nacional e a maioria dos deputados, que exigiam a sua demissão, alegando a sua incompetência. Os trabalhos da sessão parlamentar foram perturbados. Este diferendo foi finalmente resolvido graças à interferência do Chefe de Estado Comoriano. Além disso, o processo, adiado várias vezes, do antigo chefe de Estado-Maior do Exercito Nacional de Desenvolvimento (AND), Amir Salimou, acusado, com três outros oficiais, de cumplicidade no assassinato de outro oficial superior, constitui uma fonte de preocupação em relação aos riscos que poderão gerar nas ilhas comorianas.

54. No plano socioeconómico, a situação contínua preocupante. Os anúncios feitos durante a Conferencia de Doha (670 milhões de dólares), realizada a 11 de Março de 2010, não foram materializados. Além disso, restam numerosos obstáculos a superar para atingir os objectivos fixados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e facilitar o aliviamento da divida comoriana, bem como o acesso aos financiamentos externos. As condições de vida difíceis da população foram agravadas por violentas intempéries que afectaram o país, causando numerosas vítimas e danos materiais consideráveis. Face a esta situação, o Presidente da Comissão lançou, a 30 de Abril de 2012, um apelo de ajuda a favor das Comores. Em seguida, a UA concedeu um donativo de 300.000 dólares às Comores.

55. Neste contexto, é imperativo continuar a apoiar as Comores nos seus esforços de consolidação de paz e recuperação pós-conflito. Embora encorajando os actores comorianos a prosseguirem os seus esforços, a Conferencia poderia lançar de novo um apelo a todos os países e organizações envolvidos a respeitarem os seus compromissos tomados durante a Conferencia de Doha. Do mesmo modo, os Estados-Membros disponíveis deveriam prestar assistência às Comores.

b) Madagáscar

56. Na sua decisão acima mencionada, a Conferencia da União, após ter saudado a assinatura, em Antananarivo, a 17 de Setembro de 2011, sob a égide da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), do «Roteiro para a saída da crise em Madagáscar», tinha incentivado as Partes malgaxes a não pouparem esforços para a concretização do processo de transição. Ela tinha solicitado igualmente à Comissão para continuar a apoiar a implementação do Roteiro e a mobilizar o apoio da Comunidade Internacional para esse efeito, nomeadamente através da abertura rápida do Gabinete de Ligação Conjunta UA/SADC.

57. A Conferência se recordará que, no âmbito da implementação do Roteiro, as principais instituições de transição previstas pelo mesmo foram criadas, nomeadamente, o Primeiro-ministro de consenso, o Governo da União Nacional, o Congresso da Transição (CT), o Conselho Superior de Transição (CST) e a Comissão Eleitoral Nacional Independente para a Transição (CENIT). Resta apenas instituir o Conselho Nacional de Reconciliação. Uma outra etapa importante foi ultrapassada com a adopção, a 13 de Abril de 2012, da lei sobre a amnistia.

58. O processo de implementação do Roteiro, que continua a boicotar as Alas políticas dos antigos Presidentes Albert Zafy e Didier Ratsiraka, conhece igualmente uma certa morosidade. Estes últimos meses foram caracterizados por dificuldades nas relações entre os parceiros no seio das instituições de Transição. Em particular, a Ala Ravalomanana e o partido « Monima » lamentam que o Presidente de Transição, Andry Rajoelina, continua a tomar decisões unilaterais. Desde o passado mês de Abril, A Ala Ravalomanana, suspendeu temporariamente a sua participação nas instituições de Transição, na *expectativa de uma decisão da SADC sobre* o não-respeito de algumas disposições do Roteiro*. Por* outro lado, as autoridades e as forças de segurança são acusadas de continuar a intimidar os jornalistas, ameaçando encerrar algumas estações de rádios privadas e assediar os membros da família do antigo Presidente Marc Ravalomanana.

59. No âmbito da busca de uma solução duradoira para os bloqueios constatados na implementação do Roteiro, a SADC trabalha actualmente para a realização de uma reunião entre os dois protagonistas da crise malgaxe, nomeadamente o Sr. Andry Rajoelina e o antigo Presidente Marc Ravalomanana. Contudo, este encontro não é unânime no seio dos parceiros da crise malgaxe. Enquanto alguns prevêem uma via de saída da crise, outros opõem-se, predizendo o insucesso do encontro previsto e estimam que o mesmo corre o risco de radicalizar a posição de todos aqueles que não apoiam tal iniciativa ou que correm o risco de serem excluídos do campo político em

caso de acordo entre Rajoelina e Ravalomanana. Eles preconizam um encontro alargado com outros parceiros.

60. Deste modo, os esforços com vista à realização das eleições legislativas e presidenciais livres, transparentes e credíveis continuam a enfrentar dificuldades. Enquanto o Roteiro estipula que o calendário eleitoral será determinado conjuntamente pela CENIT e os representantes das Nações Unidas, na base do relatório da missão de avaliação das necessidades eleitorais dos peritos nacionais e internacionais, as duas instituições responsáveis do processo eleitoral ainda não acordaram sobre o calendário eleitoral definitivo. E ainda os desafios ligados à ausência de uma lista eleitoral credível, de um quadro legislativo apropriado, ao debate sobre a realização conjunta das eleições legislativas e presidenciais, bem como a designação dos três representantes dos partidos políticos no seio da CENIT e a composição do Tribunal Especial de Eleições.

61. A Comissão tomou as disposições necessárias com vista à institucionalização do Gabinete de Ligação Conjunta UA/SADC em Madagáscar. A componente da SADC do Gabinete já se encontra instalada e desempenha um papel importante no acompanhamento no terreno do processo de saída da crise. Através do Gabinete conjunto, a UA e a SADC visam garantir um seguimento estreito da situação e facilitar a implementação do Roteiro, em coordenação e colaboração estreitas com os parceiros internacionais.

62. De acordo com o precedente, a Conferencia poderia sublinhar de novo que o Roteiro resta a única via para a saída da crise e exortar os parceiros para trabalharem escrupulosamente para a sua implementação particularmente no que respeitam as consequências socioeconómicas dramáticas induzidas pela persistência da crise. Neste contexto, as Partes malgaxes deveriam prestar toda a cooperação necessária à SADC. A Conferencia poderia igualmente reiterar o apelo da UA aos parceiros internacionais para que continuem a apoiar os esforços em curso, a fim de acelerar a normalização da situação institucional.

c) <u>Somália</u>

63. Durante o período em análise, a situação na Somália continuou a evoluir de forma positiva. Registaram-se progressos consideráveis na implementação do Roteiro Político adoptado em Mogadíscio, a 6 de Setembro de 2011. Os seis Signatários do Roteiro, nomeadamente o Presidente do Governo Federal de Transição (TFG), o Primeiro-Ministro e o Presidente do Parlamento Federal de Transição (TFP), as administrações regionais de Puntland e Galmudug, bem como o Ahlu Sunna wal Jama (ASWJA), empenharam-se em reforçar o impulso gerado pelas conferências consultivas nacionais decorridas em Garowe, Puntland, de 21 a 23 de Dezembro de 2011 e de 15 a 17 de Fevereiro de 2012, durante as quais eles acordaram sobre uma abordagem detalhada para o fim da Transição. Os “Princípios de Garowe ” estipulam a adopção de uma Constituição provisória por uma Assembleia Constituinte que será designada por todos os signatários do Roteiro e a sociedade civil, e a criação de uma legislatura federal bicameral, compreendendo uma câmara baixa de 225

representantes e uma câmara alta constituída de representantes dos estados federais e administrações regionais. Os representantes da Assembleia Constituinte e a câmara baixa no seu primeiro mandato de quatro anos seriam seleccionados na base da fórmula 4.5 de distribuição de clãs; esta fórmula seria por conseguinte abolida e as eleições conduzidas para Parlamentos subsequentes.

64. A 27 de Março de 2012, o Presidente do TFG, Sharif Sheikh Ahmed, o Presidente do Puntland, Abdirahman Farole, o Primeiro-Ministro do TFG, Abdiweli Mohamed, o Presidente TFP, Sharif Hassan Sheikh Aden, o Presidente em exercício de Galmudug, Abdisamad Nuur Guled, e o representante da ASWJ, Sheikh Mohamed Yusuf, realizaram outra reunião em Galkayo, Puntland. Nesta ocasião, eles acordaram, entre outras coisas, reduzir o número de membros da Assembleia Nacional Constituinte (NCA) de 1.000 para 825 membros, com mulheres constituindo pelo menos 30 por cento do total dos membros. Foi igualmente decidido que os membros da NCA seriam seleccionados por 135 Anciãos sobre a fórmula 4.5, com o apoio de um comité de selecção de membros não-votantes, bem como por representantes dos seis signatários. Em Abril de 2012, uma lista de 135 Anciãos que seleccionarão os 825 membros da NCA e o novo Parlamento foi submetida ao Gabinete do Primeiro-Ministro. Desde 5 de Maio de 2012, os Anciãos tem mantido encontros em Mogadíscio, sob a égide da Conferencia dos Líderes Tradicionais, para decidir sobre a selecção da NCA e seleccionar o novo Parlamento.

65. Considerando os desafios encontrados no processo, em particular a controvérsia em redor da selecção dos Anciãos e a especulação sobre o conteúdo do projecto da Constituição, os principais signatários do Roteiro reuniram-se em Adis Abeba, de 21 a 23 de Maio de 2012. Eles acordaram que a reunião dos Anciãos em Mogadíscio seleccionaria os delegados para a NCA, que deveriam acordar até 12 de Julho de 2012, adoptar a Constituição Provisória Somali até 20 de Julho de 2012, e seleccionar o novo Parlamento Somali a 25 de Julho de 2012. O novo Parlamento então elegeria o Presidente e os Vice-Presidentes da Assembleia a 4 de Agosto de 2012, e o Presidente, a 20 de Agosto de 2012. No processo de selecção, os Anciãos serão assistidos por um comité técnico de selecção que representará os clãs e incluirá observadores internacionais.

66. Como é do conhecimento da Conferencia, em 5 de Janeiro de 2012, o CPS adoptou o novo Conceito Estratégico para as futuras operações da AMISOM, o qual estipula a expansão das operações da AMISOM nas áreas fora de Mogadíscio e o reforço das suas tropas para 17.731. Em 22 de Fevereiro de 2012, o Conselho de Segurança adoptou a resolução 2036 (2012), a qual endossou o Conceito Estratégico e autorizou o aumento do pacote de ajuda financiado através das contribuições da NU.

67. Como parte da implementação do Conceito Estratégico, as tropas adicionais do Uganda (1.500) e do Burundi (1.000) foram mobilizadas para Mogadíscio, em Abril de 2012, faltando ainda a sua deslocação para o Sector 3 (Baidoa). Já foi efectuado um desdobramento de 120 tropas para Baidoa. O desdobramento do contingente do Djibuti para o Sector 4 (Beletweyne) está em curso; um elemento do Pelotão foi destacado a 31 de Maio de 2012. O desdobramento do principal corpo do contingente será

presumivelmente completado em breve. A 2 de Junho de 2012, a Comissão assinou um Memorando de Entendimento (ME) com o Quénia para preparar a via da integração formal do contingente queniano (4,660) na AMISOM. A Comissão assinou também um ME com a Sierra Leone, o qual deve enviar o seu batalhão até Agosto de 2012. Já está em curso o aceleramento do envio de Unidades da Polícia Constituída (FPU) do Uganda e da Nigéria, para apoiar o restabelecimento e manutenção da lei e da ordem em Mogadíscio. A este respeito, um ME foi assinado com o Uganda, a 29 de Junho de 2012.

68. Além disso, a Comissão começou a operacionalização da arquitectura do controlo e comando do alargamento da AMISOM, tal como contido no Conceito Estratégico, baseado nas recomendações do Comité de Coordenação Conjunto (JCC) e o Comité de Coordenação das Operações Militares (MOCC). O JCM e o MOCC são órgãos consultivos estratégicos presididos pelo Comissário de Paz e Segurança, e integram respectivamente os Ministros da Defesa e os Chefes de Estado-Maior dos países contribuintes de tropas para a AMISOM e outros países envolvidos. Já se tomaram disposições para preencher as posições nos quartéis. Neste sentido, o novo Comandante em Força, o Tenente General Andrew Gutti, do Uganda, assumiu o comando da componente militar da AMISOM, em 2 de Maio de 2012, em substituição do Major General Fred Mugisha.

69. A segurança da situação na capital de Mogadíscio e noutras regiões do sul e central da Somália registou melhorias significativas. Desde a expulsão dos extremistas do Al-Shabaab de Mogadíscio, em Agosto de 2011, as forças da AMISOM e do TFG avançaram para os distritos circunvizinhos. No Sector 1, (Médio e Baixo Shabelle, incluindo Mogadíscio). A AMISOM planeou operações para estabilizar a cidade até 12 de Março, com a captura da pista de aterragem de Daynille. Subsequentemente, a AMISOM expandiu as suas operações nas localidades estratégicas de Elasha Beya e Afgoye. A 22 de Junho de 2012, as forças da AMISOM asseguraram a pista de aterragem de Esaley e o Porto de Elma, ambos acerca de 37 km do nordeste de Mogadíscio. Em 26 de Junho, a AMISOM tomou o controlo da cidade estratégica no norte do Balad. No Sector 2 (Baixo e Médio Juba), o TFG, auxiliado pelo contingente queniano da AMISOM, recuperou várias cidades do Al Shabaab. Em 30 de Maio de 2012, a cidade de Afmadow e Biibi, situadas acerca de 75 quilómetros de Kismayo, foi recuperada pelo TFG e as Forças de defesa do Quénia (KDF). A ofensiva militar contra os insurgentes está a avançar com vista a retomar o controlo das restantes cidades. No Sector 3, registaram-se grandes avanços do TFG e das Forças de defesa Nacionais da Etiópia (ENDF). Praticamente Gedo, Bay e Bakool já foram libertadas. Também se registaram grandes conquistas no Sector 4, onde o TFG e as ENDF garantem a segurança das cidades estratégicas da região do Hiraan.

70. Embora bastante enfraquecido, o Al Shabaab ainda tem habilidade para combater, tal como se verificou nos atentados suicidas na Villa Somália, a 14 de Março e 4 de Abril de 2012, causando numerosas vítimas. Por outro lado, a ameaça dos Dispositivos Explosivos Improvisados (IED), e assassinatos persistem ainda. O grupo extremista está a retirar-se agora das principais cidades infiltrando-se clandestinamente nos clãs e procurando novos esconderijos nas montanhas.

71. Com a consolidação das conquistas políticas e de segurança, é fundamental assegurar a distribuição de serviços nas áreas libertadas do Al-Shabaab, de modo que o povo Somali se sinta confiante de que as suas necessidades básicas foram alcançadas. É igualmente fundamental acelerar o estabelecimento efectivo da administração a fim de estabilizar as áreas asseguradas pela AMISOM e as forças de segurança Somali.

72. A menos de dois meses para o fim da Transição, em Agosto de 2012, registaram-se progressos significativos na frente política e militar. Hoje, mais do que nunca, a UA e o resto da comunidade internacional podem sentir-se optimistas quanto às perspectivas de paz na Somália. Neste contexto, a Conferencia, além de felicitar as concretizações alcançadas, poderá exortar os parceiros Somalis a manter o bom andamento, e reiterar a determinação da UA em tomar medidas contra todos aqueles que pretendem minar o processo de paz e reconciliação. Por outro lado, a Conferência deveria felicitar os parceiros da UA pelo seu apoio, tal como demonstrado pela adopção da resolução 2036 (2012), a convocação da Conferência de Londres de 23 de Fevereiro de 2012 e o seguimento da Conferencia de Istambul, que teve lugar de 31 de Maio a 1 de Junho de 2012, e exorta-os a permanecerem firmes na sua cooperação com a UA.

d) <u>Processo de Paz entre a Etiópia e a Eritreia</u>

73. Na sua ultima Sessão Ordinária, a Conferencia manifestou preocupação com o impasse contínuo no processo de paz entre a Eritreia e a Etiópia, e reiteraram o apelo da UA para a renovação dos esforços de África no sentido de apoiar os dois países a ultrapassar as actuais dificuldades, normalizar as suas relações e criar bases para uma paz e segurança duradoiras no Corno de África. A Conferencia solicitou o CPS para seguir atentamente a questão e informá-la posteriormente.

74. O período em análise foi caracterizado pelo agravamento das relações entre os dois países. De referir que em meados de Janeiro de 2012, a Etiópia acusou a Eritreia de envolvimento directo nos ataques armados contra o grupo de turistas que viajavam para o Estado Regional de Afar, resultando nomeadamente na morte de alguns deles. Em meados de Março, o exército etíope desencadeou uma operação contra as denominadas bases rebeldes no território eritreu. Em 15 de Março de 2012, o Ministro Eritreu dos Negócios Estrangeiros, Sr. Osman Saleh, endereçou uma carta ao Presidente da Comissão, na qual ele "*exortava a UA para assumir as suas responsabilidades legais e morais e tomar medidas apropriadas para ratificar os actos de agressão contra os territórios soberanos da Eritreia e garantir a justiça do respeito pelo estado de direito".*

75. Face a estes desenvolvimentos, o Presidente da Comissão emitiu um comunicado manifestando a sua profunda preocupação e apelando os dois países a demonstrarem comedimento. Ele reafirmou a prontidão da UA em ajudar os dois países a superar o desafio em causa e abordar as suas principais causas, através do diálogo e ajudá-los a normalizar as suas relações. Ele reiterou a relevância contínua do apelo da

Conferencia da União para o desenvolvimento de uma abordagem regional dos desafios de paz, segurança e estabilidade no Corno de África, incluindo a convocação de uma conferência regional de paz, segurança, estabilidade e desenvolvimento. Neste contexto, a Conferencia poderia reiterar as decisões prévias da UA nesta matéria e definir meios e vias para facilitar o progresso.

e) Relações entre o Djibuti e a Eritreia

76. N a sua decisão de Janeiro de 2012 sobre o relatório de actividades do CPS e o estado de paz e segurança em África, a Conferencia abordou a questão das relações entre Djibuti e a Eritreia. A Comissão não recebeu nenhuma informação actualizada dos dois países durante o período em análise. A Conferencia poderá reiterar o seu apelo ao Djibuti e à Eritreia para prosseguirem, de boa-fé, a implementação escrupulosa do Acordo que eles assinaram. A Conferência poderia igualmente solicitar ao CPS para seguir atentamente a questão e informar-lhe regularmente.

f) Questões relacionadas com a resolução 2023(2012) do Conselho de Segurança da NU e as actividades do Grupo de Supervisão para a Somália/Eritreia

77. Na sua decisão de Janeiro 2012 sobre o relatório do CPS relativa às suas actividades e o estado de paz e segurança em África, a Conferencia felicitou a adopção da resolução 2023 (2011) do Conselho de Segurança da NU, a qual condenou Eritreia pelas suas actividades de desestabilização na Somália e na região, e exortou o CPS para assegurar a implementação desta resolução e da resolução 1907 (2009); felicitou ainda o comunicado emitido pela 309ª reunião do CPS, realizada a 9 Janeiro de 2012; apelou os Estados-membros para tomarem medidas adequadas para a implementação total das disposições destas resoluções; e exortou o Estado da Eritreia para cumprir na íntegra as referidas resoluções e desistir das suas actividades de desestabilização na Somália e na região. A Eritreia apresentou reservas sobre o parágrafo pertinente da decisão.

78. Em 20 de Fevereiro de 2012, o Ministro Eritreu dos Negócios Estrangeiros, Sr. Osman Saleh, endereçou uma carta ao Presidente da Comissão, desafiando nomeadamente o comunicado do CPS e a decisão da Conferencia, a qual, em relação ao seu país, não cumpriu o regulamento interno do CPS nem da Conferencia. Ele solicitou que a carta fosse transmitida a todos os Ministérios dos Negócios Estrangeiros dos Estados-Membros da UA. Em conformidade com este pedido e a prática estabelecida, a Comissão transmitiu a carta a todos os Estados-Membros a 17 de Março de 2012. Além disso, a Eritreia transmitiu as comunicações da UA enviadas às Nações Unidas definindo a posição sobre o trabalho do Grupo de Supervisão e outros aspectos relacionados.

g) Seguimento do Roteiro do CPS UA sobre a situação entre o Sudão e o Sudão do Sul

79. A sessão ordinária de Janeiro de 2012 da Conferência teve lugar num contexto de tensão crescente entre o Sudão e o Sudão do Sul quanto às suas relações pós-secessão. A Conferencia manifestou preocupação em relação às dificuldades enfrentadas nas negociações entre os dois países, apelando para que cessassem imediatamente e revertessem as medidas unilaterais tomadas em relação à questão do petróleo, e solicitou-lhes para que prestassem toda a cooperação ao Painel de Implementação de Alto Nível da UA (AUHIP), com vista a acelerar um acordo sobre as questões pendentes, de acordo com os princípios acordados de dois estados viáveis vivendo em paz um com o outro.

80. O período após a Cimeira foi marcado por esforços incansáveis do AUHIP, com o apoio do Presidente da IGAD, bem como os parceiros internacionais, para ajudar os dois países a ultrapassarem o impasse das suas negociações. Em Março de 2012, no contexto da deterioração das relações e condições económicas em ambos os países, as duas partes acordaram sobre um "novo espírito", em que negociariam como parceiros, em conformidade com o seu objectivo original de "dois estados viáveis". Ficou acordado que uma cimeira entre os dois chefes de estado, Presidente Omar Hassan al Bashir e Presidente Salva Kiir Mayardit, teria lugar em Juba no início do mês de Abril, para cimentar esta "nova abordagem". Infelizmente, este novo espírito desenredou rapidamente após o incidente ocorrido em Heglig em Abril de 2012, incentivando uma confrontação militar entre o Exercito de Libertação do Povo Sudanês (SPLA) e as Forças Armadas Sudanesas (SAF), incluindo bombardeamentos aéreos em localidades do Sul do Sudão. Esta situação prejudicou consideravelmente as perspectivas da retomada das negociações, e aumentou os riscos de uma guerra generalizada entre os dois países, com as suas consequências negativas para toda a região.

81. Foi neste contexto que o CPS, na sua 319ª reunião realizada a nível ministerial, a 24 de Abril de 2012, adoptou um Roteiro salientando várias medidas com o objectivo de facilitar a tensão prevalecente, facilitar a retomada das negociações sobre as relações pós-secessão, e a normalização das relações entre os dois estados. O Roteiro retrata três partes, nomeadamente questões de segurança, a retomada das negociações sobre todas as questões pendentes, e o conflito nas Duas Áreas do Sul do Kordofan e nos estados do Nilo Azul.

82. Em relação às questões de segurança, o Roteiro apela para: (i) a cessação imediata de hostilidades, incluindo os bombardeamentos aéreos (ii) a retirada incondicional das forças armadas no lado da fronteira; (iii) a cessação de dar guarida ou apoiar os grupos rebeldes contra o outro estado; (iv) a reactivação da segurança da Zona Fronteiriça Desmilitarizada (SDBZ), em conformidade com o mapa do AUHIP de Novembro de 2011; (v) a reactivação do Mecanismo Conjunto de Supervisão e Fiscalização de Fronteiras (JBVMM); (vi) a reactivação do Comité *ad hoc* para receber as alegações e contra-alegações de violações (vii) a retirada de todas as forças armadas de Abyei; e (viii) o fim da propaganda hostil. O comunicado do CPS apelou

também as Partes para retomarem as negociações incondicionalmente sobre todos os aspectos pendentes nas relações pós-secessão, em particular sobre petróleo e pagamentos relacionados, fronteiras, questões de nacionalidade e o estatuto final de Abyei. O comunicado apelou igualmente ao Governo do Sudão do SPLM-Norte para iniciar negociações para uma resolução do conflito no Sul do Kordofan e os estados do Nilo Azul, e incumbir o AUHIP desta tarefa. O prazo concedido ao CPS para a conclusão das negociações sobre as relações pós-secessão era de três meses a partir da adopção do comunicado. O CPS solicitou ao Presidente da Comissão para transmitir o comunicado ao Conselho de segurança da NU, para endosso, ao abrigo do Capitulo VII da Carta da NU. Em 2 de Maio de 2012, o Conselho de Segurança endossou o Roteiro, tal como solicitado, com a adopção da resolução 2046 (2012). O prazo para a conclusão das negociações foi assim fixado para 2 de Agosto de 2012, 3 meses a partir da data da adopção da resolução 2046 (2012).

83. Desde a adopção do comunicado do CPS, e seu endosso subsequente pelo Conselho de Segurança, tem-se registado um declínio a nível de combates. Logo no início do mês de Junho, não houve confirmação de incidentes de combates ao longo das fronteiras. Alguns progressos foram alcançados na implementação de outros aspectos do Roteiro. Em particular, as duas Partes retiraram as suas forças de Abyei, embora os elementos da polícia do sector petrolífero do Sudão permaneça em Diffra, protegendo as instalações petrolíferas. O Comité Conjunto de Supervisão de Abyei (AJOC) reuniu-se em Adis Abeba a 8 de Junho de 2012, e acordou provisoriamente sobre o projecto dos Termos de Referência para o Comité Conjunto de Observadores Militares (JMOC). Tomou igualmente decisões relacionadas com a formação do Serviço da Polícia de Abyei (APS), bem como as decisões relativas ao fornecimento de assistência humanitária. As Partes iniciaram igualmente as negociações sobre fronteiras, particularmente a resolução das áreas em litígio.

84. Durante a última ronda das negociações, que decorreu em Adis Abeba, de 21 a 28 de Junho de 2012, sob a facilitação do AUHIP, as Partes acordaram igualmente em reactivar gradualmente o SDBZ e o JBVMM. Eles trocaram opiniões sobre a designação dos seus monitores para o JBVMM e acordaram em envia-los para o quartel do JBVMM em Assosa, na Etiópia. As Partes acordaram igualmente sobre os Termos de Referencia para o Comité *ad hoc* e trocaram opiniões sobre a designação dos seus membros deste órgão.

85. Tendo em conta o prazo curto para a conclusão das negociações sobre questões pendentes, as Partes têm tentado alcançar um compromisso sobre o SDBZ que lhes permitiria reactivar o JBVMM. Por conseguinte, eles acordaram aguardar sobre a “nova abordagem” prevista para Março de 2012. Esta abordagem permitir-lhes-ia conduzir as suas negociações como parceiros, e não como adversários, e facilitar uma tomada de decisão na base de considerações estratégicas. As duas partes iniciarão as negociações no início de Julho, e deverão prosseguir até 2 de Agosto de 2012, para alcançar um acordo sobre questões pendentes, com a facilitação do AUHIP.

86. Embora a situação tenha melhorado significativamente, ainda persistem sérios desafios pela frente. A Conferencia poderia relembrar as Partes sobre a necessidade de cumprirem com as suas obrigações seriamente ao abrigo do Roteiro, o qual representa a visão colectiva e ponderada do continente relativa à via a seguir. Neste sentido, e com vista a abordar as preocupações de segurança das Partes, é fundamental que esta questão da definição do SDBZ seja rapidamente resolvida, tendo em mente, tal como sublinhado pelo CPS, que o mapa do AUHIP de Novembro de 2011 não prejudica de modo algum o resultado da demarcação final da fronteira e a resolução das áreas em litígio. Trata-se de um momento crucial para o Sudão e o Sudão do Sul. É imperativo para o futuro dos dois países e a região em geral, que eles tomem medidas decisivas e imediatas para solucionar o seu conflito e restaurar a paz e a cooperação. Os Governos dos dois países devem aproveitar a ocasião e assumir a liderança.

h) Sudão (Darfur)

87. Na sua Sessão Ordinária de Janeiro de 2012, a conferência felicitou a adopção, a 14 de Julho de 2011, do Documento de Doha para a Paz no Darfur (DDPD), encorajou as Partes para implementarem os compromissos feitos e apelou os grupos para se associarem ao processo de paz sem demora. A Conferencia apelou a comunidade internacional para prestar o apoio necessário a este processo.

88. De referir que, no rescaldo da adopção do DDPD, várias medidas foram tomadas para a sua implementação. O Governo do Sudão nomeou o Dr. Al-Haj Adam Youssef, oriundo de Darfur, como Segundo Vice-Presidente do Sudão, e o líder do Movimento de Justiça e Libertação (LJM), Dr. El Tigani Seisi, como Presidente da Autoridade Regional de Darfur (DRA), o principal órgão encarregue da implementação do DDPD. Vários outros Darfurianos também foram designados a nível federal, estatal e local. Por seu lado, o LJM tem participado de forma construtiva com outras instituições do DDPD, a Comissão do Cessar-fogo, que foi criada para verificar independentemente o pessoal militar e o equipamento do LJM. Este exercício, que constituía um pré-requisito para a desmobilização, desarmamento e reintegração das forças do LJM, foi conduzido em Março de 2012. Em 8 de Fevereiro de 2012, o DRA foi inaugurado oficialmente. O facto de que os líderes do DRA trabalham lado a lado com os oficiais do GoS contribui significativamente para a restauração da confiança entre as duas Partes. Entretanto, o Procurador do Tribunal Especial para Darfur emitiu 21 mandados de detenção contra aqueles que estavam alegadamente envolvidos no ataque de 2010 em Tabara, no Norte de Darfur, em que 27 camponeses perderam a vida.

89. No seu relatório ao Conselho de Segurança sobre o ‘Quadro de facilitação da União Africana e Nações Unidas do Processo de Paz em Darfur’, o Secretário-Geral da NU propôs uma via a seguir para a revitalizar o processo de paz em Darfur. O Quadro tem três pilares: (a) implementação total e atempada do DDPD; (b) compromisso com o Governo do Sudão e os movimentos não-signatários; e (c) diálogo interno e consultas. Por sua vez, o Mediador Chefe Conjunto a.i., Professor Ibrahim Gambari, continuou a trabalhar com o Vice-primeiro-ministro do Qatar, Vice-primeiro-ministro, Ahmed bin

Abdullah Al Mahmoud, para iniciar o diálogo entre o Governo do Sudão e os movimentos não-signatários do DDPD.

90. A nível de segurança, a situação em Darfur contínua a alimentar esperança de melhorias. O número global de incidentes de segurança registados pela UNAMID demonstra uma redução de hostilidades entre as forças governamentais e os movimentos armados, em relação ao mesmo período em 2011. Contudo, há um aumento de banditismo e outras actividades criminosas, enquanto ataques por indivíduos armados e não identificados contra comboios da UNAMID tem aumentado, embora esporádicos. Além disso, a tensão entre os Governos do Sudão e do Sudão do Sul e o combate no Sul do Kordofan e nos estados do Nilo Azul, com o envolvimento alegado dos movimentos das forças de Darfur ao longo de SPLM-Norte, tem o potencial para de se expandir em Darfur e perturbar as conquistas feitas desde a assinatura do DDPD.

91. A habilidade cada vez maior da UNAMID para proteger os civis permite a Missão ajustar os seus efectivos e recursos para abordar algumas das necessidades das comunidades locais. As patrulhas militares agora cobrem uma área mais geográfica, enquanto a Missão continua a melhorar as relações com as comunidades locais através da implementação dos Projectos de Impacto Imediato (QIP). Em conformidade com as solicitações contidas na resolução 2003 (2011) do Conselho de Segurança, um exercício de revisão do pessoal uniformizado da UNAMID foi realizado no início deste ano, pela NU e a UA. O principal objectivo da revisão era de procurar meios para aumentar a eficácia e a eficiência da polícia e dos militares da UNAMID e promover uma força flexível e operacional. A implementação da revisão está prevista para um período de 18 meses, com inicio a partir de Julho de 2012.

92. O acordo bilateral alcançado pelo Chade e o Sudão no início de 2010 contribuiu significativamente para a restauração da calma ao longo da fronteira comum na parte ocidental do Darfur. Tal como foi documentado pelo OCHA, cerca de 31.000 antigos refugiados sudaneses no Chade regressaram a várias localidades no Oeste de Darfur. Um aumento considerável de números de PDI regressou voluntariamente às suas localidades de origem, particularmente no Oeste do Darfur. A UNAMID continua a fornecer apoio logístico e de segurança às agências humanitárias no terreno. Contudo, cerca de 1.7 milhões de mulheres, homens e crianças permanecem deslocadas em vários campos de PDI espalhados através de Darfur.

93. De modo geral, os sinais são positivos: a generalidade da população local considera agora o DDPD uma base legítima para reconstruir um futuro comum e de partilha. Mas, ainda restam muitos desafios para a paz sustentável em Darfur, incluindo o cepticismo de algumas camadas da população. A fim de abordar esta crise de confiança, é fundamental que o Governo do Sudão continue a implementar fielmente o DDPD e empoderar os mecanismos prescritos no acordo. Além disso, as instituições do DDPD requerem uma grande parte da assistência de capacitação. A paz sustentável é possível mas o caminho a percorrer contínuo árduo. Os progressos feitos até agora permanecem frágeis e podem ser revertidos facilmente se o foco sobre Darfur for negligenciado. A Conferência pode por conseguinte, apelar para esforços

renovados a fim de fornecer o apoio requerido para o processo de paz e as iniciativas de recuperação o mais breve possível.

i) <u>República Democrática do Congo</u>

94. A situação na RDC tinha sido analisada pela Conferência da União no contexto das segundas eleições legislativa e presidencial pós-conflito realizadas a 28 de Novembro de 2011. Organizadas nos prazos constitucionais, estas eleições desenrolaram-se num clima marcado por tensões políticas. A UA, que tinha observado o desenrolar destes escrutínios, tinha insistido que qualquer actor contestando sobre os resultados deveria agir segundo as vias previstas pela lei.

95. O período em análise foi dominado pela insurreição no seio das unidades das Forças Armadas da RDC (FARDC) baseadas no Norte do Kivu e sob o comando do General Bosco Ntaganda, o qual é procurado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) pelos crimes que ele teria cometido em Ituri, com a cumplicidade do Sr. Thomas Lubanga. Os insurgentes são antigos elementos do Congresso Nacional de Defesa do Povo (CNDP), movimento político-militar que se tornou partido político a favor do Acordo de Goma de 23 de Março de 2009.

96. Temendo ser detido e entregue ao TPI, o General Ntaganda, na chefia de alguma centena de homens, abandonou o seu posto de comando desde 5 de Abril de 2012. Um mês mais tarde, o Coronel Sultani Makenga, Comandante da Unidade no Sul do Kivu, abdicou dos seus aliados, assumiu o comando das rebeliões e formou um movimento político-militar denominado M23, em referência aos Acordos de Goma de 23 de Março de 2009, censurando o governo de não ter cumprido com as suas obrigações. O M23 criou uma ala militar denominada « Armada Nacional do Congo/Congresso Nacional para a defesa do povo » (ANC/CNDP), que desencadeou violentos combates contra as FARDC em várias localidades do Norte do Kivu. Ele apelou por outro lado, para as negociações com o Governo com vista a definir novas modalidades para a implementação efectiva do Acordo de Goma. O Governo congolês rejeitou qualquer ideia de negociação com os insurgentes e reafirmou a determinação das FARDC de fazer face à rebelião. A situação provocou uma certa tensão entre a RDC e o Ruanda. Por outro lado, os combates causaram uma grave crise humanitária, marcada nomeadamente por deslocações massivas das populações civis.

97. Em relação ao precedente, a Conferência poderia condenar firmemente a acção dos elementos armados implicados nos ataques contra o Estado Congolês, exigir a dissolução imediata da ala militar do M23, exigir aos oficiais e soldados dissidentes a deporem sem demora as suas armas e a reintegrarem as unidades das Forças Armadas da RDC no Norte e no Sul do Kivu, e expressou o seu pleno apoio aos esforços do Governo congolês com vista a restaurar integralmente a autoridade do Estado. Do mesmo modo, a Conferência poderia encorajar os países da região a cumprirem com os mecanismos previstos pelo Pacto sobre a segurança, estabilidade e desenvolvimento da região dos Grandes Lagos para prestar o seu total apoio à RDC nos seus esforços a fim de restabelecer a segurança no Norte do Kivu. A este respeito, e na sequência da visita de trabalho efectuada a Kinshasa, de 18 a 19 de Junho de

2012, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Ruanda, Louise Mushikiwabo, uma cooperação estreita entre o Ruanda e a RDC é mais necessária do que nunca para a promoção da paz, segurança e estabilidade na região dos Grandes Lagos.

j) Republica Centrafricana

98. A RCA prossegue os seus esforços de consolidação de paz e recuperação pós-conflito. O Governo resta mobilizado neste sentido, e continua a tomar várias iniciativas visando promover o diálogo com a oposição e reforçar o processo democrático, aumentar a segurança, bem como acelerar o relançamento da economia.

99. A este respeito, convém realçar os esforços realizados com vista à finalização das discussões sobre o projecto do Código Eleitoral. Em Novembro de 2011, e a fim de tirar lições dos escrutínios presidencial e legislativo de Janeiro e Março de 2011, em que a oposição tinha contestado sobre o desenrolar e os resultados, as autoridades centrafricanas tinham organizado uma primeira consulta com os partidos políticos e as organizações da sociedade civil, com vista a apresentar o Código Eleitoral e o mecanismo nacional proposto para a realização das eleições. Em Janeiro de 2012, os participantes analisaram o projecto apresentado pelo Governo que prevê a criação de uma Agência Nacional e de um Comité consultivo responsável pela observação das eleições. Na ausência de um acordo sobre a via a seguir, estava previsto a organização de outro workshop com vista a harmonizar os pontos de vista. Contudo, no dia 1 de Março, o Presidente da Assembleia Nacional anunciou que um projecto de Código eleitoral tinha sido transmitido pelo Governo para análise, suscitando uma reacção da FARE (Frente para a Anulação e recomeço de Eleições), que solicitou a retirada. O projecto de lei foi finalmente submetido ao Governo no final do mês de Abril.

100. A 15 de Maio de 2012, o Presidente François Bozizé, durante um encontro especial com os actores centrafricanos, e na presença dos representantes da comunidade internacional incluindo a UA, reafirmou o seu compromisso a favor do diálogo com a oposição. Desde 31 de Maio de 2012, ele iniciou uma serie de consultas com os diferentes actores políticos. Convém referir a visita efectuada a Bangui, a 5 e 6 de Maio de 2012, pelo Presidente Idriss Déby Itno, no quadro dos esforços que visam encorajar a concertação entre os actores políticos centrafricanos.

101. A situação de segurança continua cada vez mais difícil considerando que os meios das forças de defesa e segurança da RCA são limitados. Esta é marcada nomeadamente pela continuação dos ataques perpetrados por diferentes grupos, incluindo o LRA. Tratando-se deste último movimento, e tal como indicado mais abaixo, a UA empenha-se em facilitar a coordenação dos esforços regionais para a eliminação deste grupo terrorista.

102. As operações de desarmamento, de desmobilização e de reinserção prosseguem. Relativamente ao nordeste do país, os progressos foram entravados pela ausência de recursos suficientes, bem como pelo facto de que a Convenção dos Patriotas para a Justiça da Paz (CPJP) ainda não assinou o Acordo da Paz Global de

Libreville de 21 de Junho de 2008. A UA e o Banco Mundial, no âmbito do programa conjunto de apoio aos processos do DDR no continente enviaram uma delegação a Bangui, de 2 a 11 de Junho de 2012, com vista a identificar os domínios nos quais as duas instituições poderiam apoiar os esforços em curso. Esta visita surgiu na sequência da participação da Comissão na reunião dos Amigos da RCA', consagrada à questão do DDR, que teve lugar em Nova Iorque, a 5 de Abril de 2012. No plano económico, o Governo pretende apresentar aos parceiros internacionais, antes do fim do ano, a versão final do Documento de Estratégia para a Redução da Pobreza (DSRP2) e o Plano de Acção que o deve acompanhar. A 25 de Junho, o FMI concedeu à RCA uma assistência financeira de um montante de 63 milhões de dólares para três anos no quadro da Facilidade alargada de crédito à RCA.

103. Em conclusão, a Conferência poderia incentivar os actores centrafricanos a prosseguirem e concluírem o seu diálogo iniciado, ao mesmo tempo que ela exortaria as autoridades centrafricanas a acelerarem as reformas iniciadas e os esforços empreendidos. Do mesmo modo, a Conferência poderia lançar um apelo urgente aos Estados-membros, bem como ao resto da Comunidade Internacional, para acompanharem mais eficazmente a RCA nos seus esforços de reconstrução pós-conflito e de consolidação da paz.

k) Iniciativa de Cooperação Regional para a Eliminação do Exército da Resistência do Senhor

104. A Conferência se recordará que, durante a sua 299ª a reunião realizada a 22 de Novembro de 2011, o CPS tinha autorizado a implementação da Iniciativa de Cooperação Regional para a eliminação do Exército da Resistência do Senhor (ICR-LRA), para um período inicial de seis (6) meses. A ICR-LRA tem por mandato: reforçar as capacidades operacionais dos países afectados pelas atrocidades do LRA; criar um meio ambiente propício para a estabilização das zonas afectadas; e facilitar o encaminhamento da ajuda humanitária nas zonas afectadas. O CPS tinha solicitado ao Presidente da Comissão, em consulta com os países afectados, de tomar as disposições necessárias com vista a facilitar a criação das diferentes componentes da ICR-LRA, nomeadamente o Mecanismo de Coordenação Conjunto (MCC), a Força regional de Intervenção (FRI), e o Estado-maior da FRI, incluindo o Centro de Operações Conjunto (COC).

105. Logo depois da sua nomeação, o Enviado Especial do Presidente da Comissão para a questão do LRA, Francisco Madeira, conjuntamente com o Representante Especial das Nações Unidas encarregue da questão do LRA, Sr. Abou Moussa, iniciou várias missões nos países afectados pelas atrocidades do LRA. Assim, de 3 a 6 de Janeiro de 2012, os dois emissários deslocaram-se sucessivamente a Bangui, na RCA, Juba, no Sudão do Sul, em Kampala, no Uganda, e em Kinshasa, na RDC. A 25 de Março de 2012, eles efectuaram uma visita conjunta ao quartel-general do EM-FRI, em Yambio, no Sudão do Sul, e ao quartel-general do sector de Nzara, igualmente no Sudão do Sul, junto às tropas ugandesas ali destacadas. De 11 a 13 de Abril de 2012, eles deslocaram-se a Kinshasa, para se encontrar com as autoridades políticas congolesas, e em Dungu, igualmente na RDC, a fim de visitar o Estado-maior do sector

no qual a RDC deve desdobrar tropas a título da sua contribuição para a ICR-LRA. De 14 a 15 de Abril de 2012, eles visitaram Obo, na RCA, que deve albergar o Estado-maior do sector afectado às tropas centrafricanas, e Bangui, para consultas com os responsáveis centrafricanos. De 23 a 25 de Abril de 2012, o Enviado Especial da UA e o Representante Especial das Nações Unidas efectuaram igualmente uma visita a Ndjamena, ano Chade. Nesta ocasião, as autoridades chadianas, incluindo o Presidente Idriss Déby Itno, demonstraram a sua disponibilidade em apoiar a ICR-LRA e cooperar plenamente para a detenção de Joseph Kony caso este último entrasse novamente no território chadiano. Já se iniciaram consultas com as autoridades sudanesas com vista a efectuar uma visita semelhante a Cartum.

106. O Estado-maior da FRI, cujo lançamento oficial decorreu em Juba, a 25 de Março de 2012, agora está operacional. A criação do Secretariado do MCC está em fase de finalização. Ao mesmo tempo, as Nações Unidas e a UA empreenderam várias outras actividades para acompanhar o processo de criação da ICR-LRA. Trata-se de elaborar uma estratégia global de luta contra o LRA, tomando nomeadamente em conta a reintegração dos antigos combatentes e a reabilitação das zonas afectadas. Entretanto, as operações de perseguição do LRA continuaram. Foi deste modo que as tropas ugandesas prenderam, no dia 12 de Maio de 2012, no território centrafricano, Caesar Acellam, conhecido como o número 4 do LRA. Em seguida registaram-se outros sucessos.

107. A primeira reunião ministerial do MCC decorreu em Adis Abeba, a 8 de Maio de 2012, sob a presidência do Comissário de Paz e Segurança e na presença dos Ministros de defesa dos países afectados. Nesta ocasião, os Ministros adoptaram uma série de medidas destinadas a reforçar a EM-FRI para que seja plenamente operacional. Por outro lado, eles solicitaram à Comissão para organizar um fórum de apoio compreendendo os países vizinhos dos Estados afectados, bem como outros parceiros a fim de reforçar o apoio à ICR-LRA.

108. Reunido a 22 de Maio de 2012, o CPS decidiu renovar para um período adicional de 12 meses a autorização dada para a implementação da ICR-LRA, e solicitou aos Estados-membros afectados para implementarem as Conclusões da reunião do MCC nos prazos acordados. O CPS além disso, solicitou os estados-membros e outros parceiros da UA para prestarem apoio logístico e financeiro adequado aos esforços de implementação da ICR-LRA. Neste âmbito, o Enviado especial para o LRA permaneceu em Nova Iorque no fim do mês de Junho de 2012 para tomar parte numa reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o LRA.

109. Após vários meses de esforços, a ICR-LRA entrou agora numa fase operacional. Esta iniciativa suscitou grande esperança entre as populações afectadas, e constitui igualmente objecto de um grande interesse da parte dos parceiros internacionais. A ICR-LRA é um mecanismo flexível e original de valorização dos recursos e capacidades dos países da região para fazer face ao problema do LRA. Sem dúvida que esta modalidade de cooperação pode ser reproduzida de forma útil fora ou no continente. Neste contexto, e dado os desafios que restam por superar, a Conferência

poderia exortar os países membros da ICR-LRA a redobrar esforços para acelerar a realização dos objectivos fixados. Do mesmo modo, a Conferência, demonstrou uma vez mais o apreço da UA aos parceiros internacionais pelo seu apoio com vista à mobilização de um maior apoio à ICR-LRA.

I) Côte d'Ivoire

110. O primeiro semestre do ano de 2012 foi marcado pela consolidação da normalização institucional, com a quase conclusão das eleições legislativas e a formação de um novo Governo. Com efeito, foram organizadas eleições legislativas parciais, a 26 de Fevereiro de 2012, em 11 circunscrições onde a votação havia sido invalidade pelo Conselho Constitucional bem como em uma circunscrição onde o escrutínio não foi realizado a 11 de Dezembro de 2011, devido à morte de um candidato durante a campanha eleitoral. Estas eleições decorreram bem, em dez circunscrições, e os resultados foram proclamados a 28 de Fevereiro, pela Comissão Eleitoral Independente (CEI), confirmados a 7 de Março pelo Conselho Constitucional e certificados a 9 de Março pelo Representante Especial do Secretário-geral das Nações. Na sequência de graves incidentes, as eleições legislativas nas circunscrições de Bonon e Facobly, situadas a Oeste de Côte d'Ivoire, não foram terminadas. A CEI solicitou ao Governo para fazer inquéritos.

111. A Assembleia Nacional saída dos resultados consolidados das eleições legislativas de 11 de Dezembro de 2011 e de Fevereiro de 2012 é dominada pela União dos Republicanos (RDR), com 136 assentos, de um total de 253, seguido pelo Partido Democrático de Côte d'Ivoire (PDCI), com 88 lugares. O Parlamento é presidido, a partir de 12 de Março, por Guillaume Soro, antigo Primeiro-ministro, sob a etiqueta do RDR. Ao cumprir a sua promessa de campanha, o Presidente Alassane Dramane Ouattara nomeou, a 13 de Março de 2012, a Senhora Ahoussou Kouadio Jeannot, PDCI, como Primeira-ministra. No dia seguinte, foi anunciada a composição do novo Governo, quase idêntico ao anterior. É conveniente notar que o partido principal da oposição, a Frente Popular de Côte d´Ivoire (FPI), do ex-Presidente Laurent Gbagbo, não participou nas eleições legislativas, estando ausente no Governo.

112. O processo de reconciliação nacional está em curso, realizado conjuntamente pela Comissão do Diálogo, Verdade e Reconciliação (CDVR) e o Governo que, por seu turno, abriu um diálogo político, presidido pelo Primeiro-ministro, com os partidos da oposição, a 27 de Abril de 2012, em Grand-Bassam. O FPI, que esteve representado somente como observador, parece, até ao presente, estar pronto para se envolver no referido processo. Foram igualmente constatadas iniciativas locais de reconciliação, sob a égide das associações de sociedade civil, da administração e dos chefes tradicionais. Por outro lado, a justiça de Côte d´Ivoire praticamente retomou o seu normal funcionamento, com a reabertura da maioria dos tribunais e dos estabelecimentos penitenciários. Ela deu início à audição dos próximos de Laurent Gbagbo, detidos em Abril de 2011 e acusados de crimes económicos e de sangue, Além disso, a audiência de confirmação das acusações contra o ex-Presidente, detido em Haia pelo TPI, fixada inicialmente para 18 de Junho de 2012, foi mais tarde adiada para 13 de Agosto de 2012, a pedido dos seus advogados.

113. A situação de segurança em Côte d'Ivoire registou, ao longo do primeiro semestre de 2012, uma clara melhoria. Todavia, ainda subsistem dificuldades, em particular do Oeste do país, na fronteira entre Côte d´Ivoire e a Libéria. É neste contexto que, a 8 de Junho de 2012, um ataque, perpetrado por elementos armados, fez cerca de 15 vítimas, entre as quais figuram 7 capacetes azuis nigerianos. O Governo tomou medidas para fazer face a esta situação. Com efeito, a situação humanitária continua frágil no Oeste do país. No entanto, constata-se uma redução significativa da presença de Pessoas Deslocadas Internamente (PDI´s) nas localidades bem como nas famílias de acolhimento. O seu número passou de 186.000, em Outubro de 2011, para cerca de 80.000, em finais de Maio de 2012. Paralelamente, os acordos tripartidos, assinados entre Côte d'Ivoire, os países de asilo e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), facilitaram o regresso dos refugiados, estimados em mais de 150.000 pessoas. Dos 95.000 refugiados que ainda vivem nos países vizinhos, o ACNUR prevê repatriar 50.000 a partir da Libéria, durante o ano de 2012.

114. A fim de definir a estratégia nacional em matéria de Desmobilização, Desarmamento e Reinserção (DDR) e da Reforma do Sector de Segurança (RSS), o Presidente da República decretou uma lei, a 6 de Abril de 2012, relativa à criação, atribuições, composição e funcionamento do Grupo de Trabalho sobre a RSS. Este Grupo, que dispõe de 90 dias para apresentar as suas conclusões, é composto essencialmente por um Comité Directivo e de Acompanhamento assim como por um Comité Científico, no qual participam a UA, a CEDEAO e a UE.

115. A Conferência poderá felicitar-se pelo prosseguimento da evolução positiva da situação em Côte d'Ivoire, cuja economia oferece perspectivas de crescimento, graças aos esforços combinados da retoma da actividade interna e do perdão da dívida que, brevemente atingirá ponto de conclusão para os PPTE, em finais de Junho de 2012. Por outro lado, a Conferência poderá notar com satisfação a contribuição activa de Côte d'Ivoire na promoção da paz, segurança e estabilidade na África Ocidental, na sequência da eleição do Presidente Alassane Ouattara como Presidente em exercício da CEDEAO. A terminar, a Conferência poderá lançar um apelo aos Estados-membros bem como à comunidade internacional no seu todo para continuar a dar o seu apoio aos esforços em curso.

m) <u>Liberia</u>

116. Na sequência das eleições de Novembro/Dezembro de 2011, ganhas pela Presidente Ellen Johnson-Sirleaf, continuaram a ser envidados esforços rumo à consolidação da paz e recuperação socioeconómica no país. Nos últimos meses, o Governo realizou uma série de consultas com os cidadãos liberianos sobre a sua proposta de Programa de Visão 2030, Médio a Longo Prazo, que pretende tornar a Libéria um país de renda média até esse ano.

117. A situação de segurança interna manteve-se calma, com excepção de relatos de pequeno bandidismo que muitas vezes atrai reacção da multidão sobre os criminosos suspeitos. Menção também deve ser feita dos desafios da segurança regional, com a alegada ocorrência de tráfico de seres humanos, de armas e drogas além das fronteiras da União do Rio Mano (MRU), de que a Libéria é membro. É neste contexto que uma série de delegações da ONU visitaram o país entre Fevereiro e Maio de 2012, para avaliar a situação no terreno, como parte do levantamento da Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL) e da entrega das responsabilidades de segurança para o Governo da Libéria. Seria de esperar que a UA e a CEDEAO desempenhem um importante papel após a retirada da UNMIL dentro de aproximadamente dois a três anos. No plano humanitário, a situação dos refugiados encontra-se em geral estável, uma vez que as autoridades da Libéria e do Côte d´Ivoir, juntamente com o ACNUR, estão a facilitar o repatriamento dos refugiados do Côte d´Ivoir de regresso ao seu país. De igual modo e com base na Cláusula de Cessação invocada pela Presidente Johnson Sirleaf em relação à situação de refugiados liberianos, todos os refugiados liberianos deixarão de beneficiar desse estatuto depois de Junho de 2012.

118. A situação geral na Libéria continua a evoluir positivamente. A Conferência pode reiterar o seu agradecimento às autoridades e ao povo liberianos pelos sucessos alcançados. Ao mesmo tempo, deveria, uma vez mais, sublinhar a necessidade do envolvimento sustentável dos doadores e apoio para a consolidação da paz e do desenvolvimento no país.

n) <u>República da Guiné</u>

119. O maior desafio continua a ser a organização das eleições legislativas, que deveriam ter sido realizadas seis meses depois da eleição presidencial, para marcar o final da transição. Devido à falta de consenso entre os actores políticos sobre a composição da Comissão Eleitoral Independente (CENI) e outros aspectos conexos, não foi possível atingir esta etapa tão grande. A esperança suscitada pelo diálogo político iniciado em Fevereiro de 2012 não produziu os resultados esperados. Enquanto a Oposição, reunida no seio do grupo dos partidos políticos para a finalização da transição, e a Aliança para a Democracia e Progresso exigiam a satisfação das suas revindicações sobre o contencioso acima mencionado, a tendência presidencial e o Governo diziam não pretender imiscuir-se no funcionamento de uma instituição independente, como é o caso da CENI.

120. Neste contexto, a Conferência poderia exortar os actores políticos para ultrapassar as suas divergências, através do diálogo e da concertação, tendo em vista uma gestão consensual do processo eleitoral e a realização das eleições legislativas dentro dos melhores prazos possíveis. Ao mesmo tempo, devem ser prosseguidos esforços para a mobilização, junto da comunidade internacional, de todo o apoio necessário para os esforços que visam o relançamento da economia e a consolidação dos progressos alcançados até ao presente.

o) <u>Guiné Bissau</u>

121. Em princípios do ano de 2012, vários sinais indicavam que a Guiné-Bissau começava a inscrever-se numa dinâmica encorajadora. Foi em apoio a estes esforços que, a 30 de Janeiro de 2012, à margem da 18ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União, o Presidente da Comissão organizou uma reunião de solidariedade, com vista a sensibilizar os Estados-membros e os parceiros bilaterais sobre as necessidades do país.

122. A primeira volta da eleição presidencial antecipada, na sequência do desaparecimento, a 9 de Janeiro de 2012, do Presidente Malam Bacai Sanha, decorreu a 18 de Março de 2012. A segunda volta, prevista para 29 de Abril de 2012, deveria opor Carlos Gomes Júnior, do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), a Kumba Yala, do Partido da Renovação Social (PRS). Depois do contencioso nascido da proclamação dos resultados, o processo eleitoral caiu num impasse, eclipsado pela polémica provocada por algumas autoridades políticas e a hierarquia militar sobre a presença, as actividades e o mandato da Missão Angolana de Assistência Militar e de Segurança na Guiné -Bissau (MISSANG-GB). A 12 de Abril de 2012, um grupo de Oficiais Generais s Superiores, auto designando-se de «Comando Militar », tomou o poder, isto é, apenas sete dias antes da segunda volta.

123. Tanto o Presidente da Comissão como o Conselho de Paz e Segurança (CPS) condenaram firmemente o golpe de Estado. A CEDEAO bem como vários parceiros internacionais fizeram o mesmo. De uma forma mais específica, o CPS decidiu suspender a Guiné-Bissau de todas as actividades da UA até a restauração efectiva da ordem constitucional, reafirmou o apoio da UA aos esforços da CEDEAO e sublinhou a importância de que se reveste uma consulta contínua entre todos os actores internacionais interessados, dentre os quais a CPLP e a UE, a fim de facilitar uma abordagem coordenada da crise bem como das vias e meios para a sua resolução rápida.

124. Em cumprimento das conclusões da Cimeira Extraordinária da CEDEAO, realizada em Dakar, Senegal, a 3 de Maio de 2012, foi renovada a direcção da Assembleia Nacional Popular. O Senhor Manuel Serifo Nhamadjo, que era o seu Presidente Interino, assumiu o posto de Presidente da República no período de transição, a partir de 10 de Maio, em conformidade com o Artigo 71 da Constituição. O Senhor Braima Sori Djalo, que era Vice-presidente Interino, assumiu a presidência. A 22 de Maio de 2012, após consultas, foi formado um novo Governo. Esse Governo é dirigido pelo Senhor Rui Duarte de Barros e inclui os partidos políticos signatários do «Pacto de Transição», excepto alguns partidos políticos, dentre os quais o PAIGC, apesar de alguns dos seus membros estarem integrados nas instituições de transição. O Governo tem como principais atribuições a implementação de reformas nas áreas da justiça, defesa e segurança, administração pública bem como o reforço da luta contra o tráfico de droga, o crime organizado e a corrupção. O período de transição, que não excederá doze meses, culminará com a organização de eleições presidenciais e legislativas credíveis. Ao mesmo tempo, a CEDEAO enviou uma missão de apoio à transição, que veio substituir a MISSANG, cuja retirada terminou a 9 de Junho de 2012.

125. A terminar, a Conferência poderia evocar a posição da UA relativa à rejeição total das mudanças inconstitucionais de governo assim como a necessidade de pôr termo definitivo às interferências repetitivas do exército da Guiné-Bissau no processo político. A este propósito, a Conferência poderia reafirmar o apoio da UA aos esforços da CEDEAO e encorajar uma concertação contínua entre os diferentes actores internacionais interessados, tendo em vista promover uma abordagem coordenada sobre a situação que prevalece na Guiné-Bissau. Nesta perspectiva, a Comissão da União Africana está em contacto com a CEDEAO, a CPLP e a ONU

p) <u>Mali</u>

126. Desde a última Sessão Ordinária da Conferência, a situação de segurança no Sahel, em particular no Mali, registou uma profunda degradação. A Conferência recordar-se-á que, alguns dias antes da Cimeira de Janeiro de 2012, os rebeldes do *Movimento Nacional para a Libertação de Azawad* (MNLA), compostos essencialmente por antigos combatentes do exército de Qaddafi, bem armados, haviam lançado ataques contra as localidades situadas no Norte do Mali. Nessa altura, a Conferência condenou os ataques.

127. Outros grupos armados e terroristas, na circunstância Ansar Din, Movimento para a Unidade, o Jihad na África Ocidental (MUJAO) e o AQMI, com o MNLA, aproveitaram-se da confusão nascida do golpe de Estado de 22 de Março de 2012 para tomar o controlo do Norte do Mali (2/3 do território do país). A 5 de Abril de 2012, o MNLA declarou a independência desta região do Mali, sob a designação de *Azawad*. Depois de tentar unir os grupos terroristas e armados, Ansar Din e MUJAO, por um lado, e as forças do MNLA, por outro lado, acabaram por se confrontar em Tombouctou e em Gao. O MNLA acabou sendo expulso de Gao que, tal como Tombouctou, está actualmente sob o controlo de grupos extremistas, terroristas e criminais. A situação humanitária e dos direitos humanos são preocupantes. A isso se juntam os actos criminais e inaceitáveis de destruição do rico património cultural e espiritual dos locais míticos do Sahel.

128. Os autores do golpe de Estado de 22 de Março de 2012, cuja acção, tal como foi referido anteriormente, precipitou a perda de posições do exército maliano no Norte do país, tomaram como pretexto a evolução já preocupante da situação no terreno e das condições deploráveis em que se encontrava o exército maliano para tomarem o poder. Em seguida, criaram um Conselho Nacional de Recuperação da Democracia e Restauração do Estado (CNRDRE), cujo objectivo é a reorganização das forças armadas e de segurança, tendo em vista retomar o Norte do país e realizar eleições democráticas e transparentes.

129. A UA e a CEDEAO, em cooperação com as Nações Unidas e outros parceiros internacionais, tomaram várias iniciativas para fazer face a esta dupla crise, tendo condenado os ataques perpetrados no Norte do país e o golpe de Estado, ao mesmo tempo que reafirmaram o seu empenho na unidade nacional e na integridade territorial do Mali. Em cumprimento das disposições do Acordo Quadro, assinado a 6 de Abril de

2012, entre o representante do Mediador de CEDEAO e o Chefe da Junta Militar, o Presidente da Assembleia Nacional, Senhor Dioncounda Traoré, foi empossado como Presidente Interino, incluindo a nomeação de um Primeiro-ministro de Transição, na circunstância o Cheik Modibo Diarra que, em seguida, formou um Governo.

130. Apesar destes progressos, as instituições criadas no quadro do processo de restauração da ordem constitucional continuam muito frágeis, devido à interferência contínua dos autores do golpe de Estado nos assuntos políticos, o que entrava o seu funcionamento. Os actos de apoio civil à Junta Militar e a agressão física contra o Presidente Interino são um exemplo trágico da fluidez da situação.

131. É neste contexto que foi realizada, em Abidjan, a 7 de Junho de 2012, sob a égide da UA, da CEDEAO e das Nações Unidas, a reunião inaugural do Grupo de Apoio e Acompanhamento, criado pelo CPS, a 20 de Março de 2012, com a participação de vários parceiros internacionais. A reunião reafirmou a necessidade da criação das condições exigidas para permitir às instituições de transição o exercício pleno das suas responsabilidades, com segurança e sem nenhuma interferência da Junta Militar e dos seus apoiantes civis. A reunião exigiu a identificação rápida e o processamento judicial de todos os autores e mandantes do ataque contra o Presidente Interino. Além disso, a reunião exigiu a dissolução imediata da Junta Militar bem como a sua retirada completa na gestão da transição, avisando os elementos militares e civis em causa sobre o risco de sanções. Por outro lado, a reunião solicitou à CEDEAO para tomar as disposições necessárias com vista a garantir a segurança dos dirigentes da transição. Ao mesmo tempo, a reunião encorajou os actores malianos a iniciar um diálogo nacional que deve culminar com a instauração de um governo inclusivo e mais representativo. A Cimeira da CEDEAO, realizada em Yamoussoukro, a 29 de Junho de 2012, pronunciou-se no mesmo sentido.

132. A 323ª reunião do CPS, realizada em Nova Iorque, a 12 de Junho de 2012, depois de ter adoptado as conclusões da reunião de Abidjan, exprimiu o seu total apoio a todos os esforços que visam resolver, através de meios pacíficos, as causas das rebeliões recorrentes no Norte do Mali e iniciar um diálogo com os grupos malianos que se comprometerem a negociar, com base nos princípios que se seguem: respeito escrupuloso da unidade nacional e da integridade territorial do Mali; rejeição do recurso à rebelião armada e de qualquer relacionamento com as redes terroristas e criminais. O CPS autorizou a CEDEAO para, em colaboração, em caso de necessidade, com os países da região, designadamente a Argélia, a Mauritânia e o Níger, estabelecer os dispositivos militares e de segurança exigidos para a realização dos seguintes objectivos: (i) garantir a segurança das instituições de transição; (ii) restruturar e reorganizar as forças de defesa e segurança do Mali; e (iii) restaurar a autoridade do Estado na zona Norte do país bem como lutar contra as redes terroristas e criminais. O CPS solicitou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para aprovar urgentemente o envio previsto da força da CEDEAO ao Mali. Em resposta aos pedidos de esclarecimentos formulados pelo Conselho de Segurança para lhe permitir fazer uma análise do pedido da CEDEA, apoio pela União Africana, as duas organizações, em colaboração com os países da região, as Nações Unidas e outros parceiros, devem

finalizar o mandato, o conceito da operação e outros documentos pertinentes previstos para a operação.

133. Esta questão foi objecto de troca de pontos de vista durante a 6ª reunião consultiva entre o CPS e o Conselho de Segurança das Nações Unidas, realizada em Nova Iorque, a 13 de Junho de 2012, bem como a quando do encontro entre o Conselho de Segurança e uma delegação da CEDEAO, igualmente realizado em Nova Iorque, a 15 de Junho de 2012. Em cumprimento da decisão do CPS, a Comissão, em colaboração com a CEDEAO e outras partes interessadas, está a trabalhar na elaboração de um conceito estratégico, articulando, de uma forma holística, as medidas políticas, militares e de segurança que visam a resolução rápida da crise no Mali.

134. A situação no Mali e as suas repercussões regionais constituem, sem dúvida, uma das maiores ameaças que pesam sobre a segurança e a estabilidade do Continente. Os princípios em causa, designadamente o respeito da unidade nacional e da integridade territorial do Mali, a rejeição do terrorismo assim como do recurso à rebelião armada em defesa de revindicações de ordem política, cuja banalização representa uma séria ameaça ao processo de democratização em curso no Continente e a negação às mudanças inconstitucionais, interpelam todos os Estados-membros da União Africana. É neste contexto que surge a necessidade de uma mobilização continental para ultrapassar estes desafios.

135. Por conseguinte, a Conferência poderia reiterar a posição do princípio da União Africana sobre as diferentes vertentes da crise maliana, nomeadamente o seu empenho, em estreita colaboração com a CEDEAO e os países da região e com o apoio dos parceiros internacionais, em tudo fazer para ajudar na restauração da autoridade do Estado no Norte do Mali bem como da ordem constitucional efectiva. No que diz respeito a este último ponto, o Governo actual deve necessariamente ser alargado, a fim de integrar as diferentes forças políticas malianas, dispondo assim da legitimidade exigida para enfrentar, com maiores oportunidades de sucesso, os graves desafios que interpelam o Mali. A Conferência poderia igualmente reafirmar o apoio da União Africana aos esforços da CEEA, incluindo a mediação conduzida pelo Presidente Blaise Compaoré, de Burkina Faso.

136. Tendo em conta a complexidade e os desafios da crise maliana, cuja saída terá consequências em todo o Continente, é imperativo que todos os países da região continuem a trabalhar estreitamente em conjunto. A este propósito, as diferentes decisões tomadas pelo CPS sobre a necessária conjugação de esforços e a coordenação de iniciativas na busca de uma resolução da crise no Mali são de actualidade. Essas decisões facilitarão a mobilização da participação dos parceiros internacionais, em particular as Nações Unidas, com vista à realização dos objectivos que a África fixou para si própria.

137. De uma forma geral, trata-se de trabalhar, a longo prazo e de uma maneira holística, para a resolução dos problemas multidimensionais que afectam a região do Sahel. A estratégia adoptada pelo CPS em Bamako, a 20 Março de 2012, oferece uma base apropriada para uma acção regional e continental que esteja à altura dos

desafios. A Conferência poderia convidar todos os actores interessados a inscrever as suas acções neste quadro.

q) Tunísia

138. O processo de transição continua na Tunísia. Na extensão das eleições de 23 de Outubro de 2011, que permitiram a criação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) e do Governo Provisório, os esforços em curso prendem-se essencialmente na redacção de uma nova Constituição, a preparação das eleições gerais que, por seu turno, marcarão a finalização da transição e a estabilização da economia.

139. A Assembleia Nacional Constituinte criou seis comissões encarregues da redacção de diferentes capítulos da futura Constituição. As reuniões da Assembleia Nacional Constituinte e das suas comissões são transmitidas na Televisão Pública e as suas sessões abertas ao público. A nova Constituição deverá estar pronta o mais tardar em 23 de Outubro de 2012. Depois da sua adopção, será elaborado um calendário sobre a realização das eleições gerais em 2013. Por seu turno, o Governo empreendeu reformas profundas nos sectores da economia, serviços sociais, saúde, segurança, justiça, órgão de informação e tecnologias de informação e comunicação. Este exercício decorre num contexto socioeconómico difícil, marcado pela subida das revindicações sociais.

140. No quadro do apoio da União Africana ao processo de transição, o Painel de Sábios da Organização Continental organizou um seminário em Túnis, de 23 a 24 de Abril de 2012, sob o tema «reforço da governação política para a paz, segurança e estabilidade em África». Durante as sessões interactivas nas quais participaram altas personalidades do Estado, incluindo o Presidente Moncef Marzouki, o seminário constituiu uma ocasião para uma troca de pontos de vista frutuosos sobre a transição em cursos bem como sobre os desafios ligados à passagem de um sistema autoritária para instituições democráticas.

141. A Conferência poderia renovar o apoio da União Africana à transição em curso e exortar os actores tunisinos para preservar nos seus esforços, tendo em vista o imperativo de responder às espectativas nascidas do levantamento popular de Dezembro2010/Janeiro 2011. O apoio da comunidade internacional aos esforços da estabilização da economia é igualmente crucial.

r) Egipto

142. Após o referendo constitucional de 19 de Março de 2011 e a eleição dos membros da Câmara Baixa do Parlamento (Assembleia Popular), entre Novembro 2011 e Janeiro de 2012, o Egipto continuou a registar firmes progressos rumo à conclusão do período de transição, apesar dos desafios que se encontram no terreno. De 29 Janeiro a 11 Março de 2012, os egípcios elegeram, em duas fases, uma Câmara Alta do Parlamento (Conselho Shura) composta por 270 membros. Após sua tomada de posse, o Parlamento criou, em Março de 2012, uma comissão especial composta por 100 membros, com o mandato de elaborar uma nova Constituição. Todavia, o

Comité foi dissolvido em Abril de 2012, mediante um consenso obtido pelos actores políticos após divergências sobre a sua composição. Na altura da conclusão do presente relatório, ainda não tinha sido constituída a nova comissão.

143. Nos dias 23 e 24 de Maio de 2012, os egípcios foram às urnas para eleger um Presidente dentre 13 candidatos. A segunda volta, que teve lugar nos dias 16 e 17 de Junho de 2012, viu o Dr. Mohamed Morsi, o candidato do Partido da Liberdade e Justiça, concorrendo contra o antigo Marechal da Força Aérea Ahmed Chafiq. Em 24 de Junho de 2012, a Comissão Suprema para a Eleição Presidencial anunciou a vitória do Dr. Morsi, com 13.230.131 (51,73%) de votos, contra 12.347.380 (48,27%) a favor do seu rival. Num comunicado de imprensa emitido após a segunda volta, o Presidente da Comissão felicitou calorosamente o vencedor, e o povo do Egipto, por este marco histórico. O Presidente Morsi foi oficialmente investido no dia 30 de Junho de 2012, marcando assim a entrega oficial do poder executivo do Conselho Supremo das Forças Armadas (SCAF) para o Presidente civil democraticamente eleito. Entretanto, em 14 de Junho de 2012, O Tribunal Supremo Constitucional decidiu que a eleição de alguns membros da Câmara Baixa do Parlamento tinha irregularidades, resultando na dissolução de todo o Parlamento. Uma Declaração Complementar Constitucional da SCAF foi aprovada em 17 de Junho de 2012, que concedeu ao SCAF poderes importantes até à eleição de um novo Parlamento.

144. A Conferência pode desejar saudar os progressos significativos realizados no Egipto, bem como encorajar todas as partes egípcias envolvidas para prosseguir até ao fim, com vista a responder às legítimas aspirações do povo egípcio. É também fundamental que a comunidade internacional estenda o apoio necessário para ajudar o Egipto a enfrentar eficazmente os seus desafios socioeconómicos, facilitando assim a consolidação do feito até agora alcançado.

s) Líbia

145. Houve uma evolução positiva dos acontecimentos na Líbia, durante o período em análise. De particular importância são os preparativos em curso para a realização, em 7 de Julho de 2012, da votação nacional para eleger um Congresso Nacional Geral (GNC), que irá substituir o actual Conselho Nacional de Transição (CNT). O GNC designará um Primeiro-ministro, que irá nomear os membros do Gabinete. O GNC irá igualmente indicar um órgão composto por 60 membros, com responsabilidade de redigir a nova Constituição para a Líbia e aprovar o projecto por uma maioria de dois terços, antes de submetê-lo a um referendo nacional. A elevada participação dos eleitores registados para a eleição (2,7 milhões de eleitores dos 3,4 elegíveis) é particularmente encorajadora.

146. Esforços continuaram igualmente em curso a respeito da reforma do sector de segurança, com foco sobre a integração dos vários grupos de milícias no exército nacional e nas forças de segurança, bem como sobre o desarmamento e desmobilização dos ex-combatentes. O país continua, no entanto, a confrontar-se com enormes desafios, conforme demonstram as escaramuças registadas durante o período coberto pelo relatório, incluindo violência inter-comunal. Deve se enaltecer os

esforços do Governo para resolver estes problemas. Finalmente, vale a pena mencionar a convocação, por iniciativa do Governo da Líbia, de uma conferência regional ministerial sobre a segurança fronteiriça, realizada em Trípoli em 11-12 Março de 2012, que fez importantes recomendações. A conferência contou com a presença do Presidente da Comissão da UA.

147. De acordo com o comunicado do CPS, de 20 de Outubro de 2011, a Comissão operacionalizou o Gabinete de Ligação da UA em Trípoli. Chefiado pelo Sr. Mondher Rezgui da Tunísia, o Escritório tem mandato de apoiar o processo de transição, trabalhando em estreita colaboração com as Nações Unidas e outros parceiros da UA no terreno. O Escritório está interagir de perto com as autoridades líbias e outros intervenientes.

148. A Conferência pode querer reiterar o apoio da UA à transição em curso na Líbia e encorajar os intervenientes líbios por não pouparem esforços para assegurar a sua conclusão com êxito. A Conferência pode também querer sublinhar a necessidade de cooperação contínua entre a Líbia e os seus vizinhos a fim de enfrentar os desafios relativos a segurança comum.

t) <u>Saara Ocidental</u>

149. Nenhum progresso foi feito para superar o impasse no processo de paz para o território não-autónomo do Saara Ocidental. Como a Conferência deve recordar-se, após a apresentação, pelas duas partes, de propostas concorrentes para a resolução do litígio, o Conselho de Segurança decidiu, em Abril de 2007, mandatar a realização de negociações directas entre si a serem realizadas sem pré-condições, com vista a alcançar uma solução política justa, duradoura e mutuamente aceitável que abrirá caminho para a autodeterminação do povo do Saara Ocidental, no contexto de acordos consistentes com os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas. Nessa base, quatro rondas de negociações directas e nove conversações informais foram já convocadas, mas sem sucesso.

150. No Relatório que apresentou ao Conselho de Segurança, em 11 de Abril de 2012, o Secretário-Geral da ONU reiterou que os esforços de mediação do seu Enviado Pessoal, Christopher Ross, continuaram sem produzir os efeitos desejados, sem "nenhuma das Partes mostrar estar preparada para aceitar a proposta da outra como a única base de negociações". Por seu turno, o Conselho de Segurança, na sua Resolução nº 2044 (2012), adoptada em 24 de Abril de 2012, renovou o mandato da MINURSO até 30 de Abril de 2013, apelando às Partes, como o tem feito em muitas ocasiões do passado, para cooperarem com a mediação com fim de resolver a disputa. A situação tornou-se ainda mais complicada com o anúncio do Marrocos de que já não tem confiança na mediação do Embaixador Christopher Ross, acusando-o de "comportamento parcial", mesmo que o Secretário-geral e outros Membros Permanentes do Conselho de Segurança reiterem a sua confiança, bem como o seu apoio aos seus esforços de mediação. Enquanto isso, há cada vez mais queixas de violação de direitos humanos no território, com evidência de confrontos ocasionais que

ocorrem entre activistas sarauís pela autodeterminação e as forças de segurança marroquinas.

151. À luz do acima exposto, a Conferência poderá querer renovar o apelo da UA ao Conselho de Segurança para uma abordagem mais proactiva em relação à disputa. Ao fazê-lo, o Conselho de Segurança deve procurar criar condições que permitam ao povo do Saara Ocidental exercer o seu direito à autodeterminação, de acordo com o direito internacional e as decisões pertinentes da UA, incluindo o Plano de Acção adoptado em 31 de Agosto de 2009 pela Sessão Especial da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dedicada a situação de conflitos em África.

ii) QUESTÕES TEMÁTICAS RELEVANTES

a) Reconstrução e desenvolvimento pós-conflito / Lançamento da Iniciativa de Solidariedade Africana

152. Na sua Decisão Assembly/AU/Dec.408 (XVIII), a Assembleia realçou a necessidade de renovar esforços para reconstrução e desenvolvimento pós-conflito. Congratulou-se com as medidas tomadas pela Comissão para o lançamento de uma Iniciativa de Solidariedade Africana (ASI) com objectivo de apoiar os Estados Membros que saem de conflitos.

153. Como a Conferência deve recordar-se, na sua 9ª Sessão Ordinária realizada em Banjul, Gâmbia, em Junho de 2006, o Conselho Executivo aprovou o Quadro de Política da UA para Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito (AU-RDPC), que se destina a servir como orientação para o desenvolvimento de políticas e estratégias que procuram consolidar a paz, promover o desenvolvimento sustentável e abrir o caminho para o crescimento e recuperação nos países e regiões emergentes de conflitos. O objectivo é melhorar a oportunidade, eficácia e coordenação de actividades nos países pós-conflito, bem como lançar as bases para justiça social e paz sustentável, em harmonia com a visão de África de renovação e crescimento. A política apoia-se em princípios fundamentais que constituem os valores mínimos e padrões básicos que informam a acção em todas as actividades e programas de Reconstrução e Desenvolvimento Pós-conflito. Trata-se de liderança africana, apropriação nacional e local, inclusão, igualdade e não discriminação.

154. Desde a adopção da Política, a Comissão tem feito esforços contínuos para a sua implementação. Uma das áreas em que a Comissão tem sido muito activo compreende a realização de missões multidisciplinares de avaliação para países emergentes de conflitos. Estas missões foram realizadas na República Centro-Africana - CAR (Abril de 2006), Sierra Leone e Libéria (Fevereiro de 2009), República Democrática do Congo e Burundi (Janeiro - Fevereiro de 2010), Sudão, incluindo o Sul do Sudão (Março e Abril de 2011), e Côte d'Ivoire (Novembro de 2011). As missões fizeram recomendações detalhadas sobre a melhor forma de a UA e os Estados-membros poderem ajudar os países em causa na área da reconstrução pós-conflito.

155. Fundamentalmente, as missões se destinam a preparar o terreno para o lançamento da iniciativa de Solidariedade Africana (ASI), para mobilizar recursos a partir de África em apoio à reconstrução pós-conflito nos países acima referidos. A ASI começa com uma Conferência de Solidariedade, que dará o arranque do processo. A resposta global dos funcionários do Governo e dos parceiros sobre a ASI é extremamente positiva e muito encorajadora. Foi vista como uma iniciativa oportuna, e que pode ajudar a impulsionar consideravelmente o continente a um nível mais elevado de cooperação para o desenvolvimento, progresso e confiança.

156. A abordagem conceitual e organizacional da ASI reflectem uma série de dimensões inovadoras. Considerando que a maioria das conferências de doadores tende a se concentrar principalmente em compromissos financeiros, a Conferência de Solidariedade Africana destinar-se-á, além disso, a mobilizar contribuições em espécie, a partilha de conhecimentos, melhores práticas e capacitação. Em segundo lugar, ela destina-se a encorajar, motivar e capacitar os países africanos para começarem a oferecer assistência mútua a países irmãos de uma forma sistemática. Por último, irá proporcionar uma oportunidade ímpar para a produção de novas ideias e simples, de modo a fazer face aos desafios de Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito, bem como contribuirá para um senso renovado de urgência para a promoção de soluções intra-africanas para a reconstrução e desenvolvimento pós-conflito através do envolvimento activo do sector privado. Na sua dimensão mais ampla, a ASI tem a capacidade de promover auto-suficiência mútua, integração regional, e o novo paradigma - "África ajudando África".

157. Prevê-se o lançamento da ASI às margens da presente Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da UA. A Conferência poderá querer reiterar a importância do processo ASI, apelar os Estados Membros da UA para estenderem o apoio necessário aos esforços pós-conflito no continente, e exortar simultaneamente os parceiros da UA para apoiarem totalmente esta iniciativa africana.

b) Problemática das rebeliões armadas no Continente e da preservação da unidade e da integridade territorial dos Estados-membros da União Africana

158. Os desenvolvimentos dos meses passados realçaram algumas ameaças muito graves que pesam nos esforços que visam a promoção da paz, segurança e estabilidade. É conveniente sublinhar agora o que parece ser a banalização do recurso à rebelião armada para defender a revindicação de interesses, tal como o testemunham as acções do MNLA no Norte do Mali e as do M23 no Leste da RDC.

159. Ao longo de duas décadas, a África registou progressos significativos em termos da democratização. O mulipartidismo tornou-se uma realidade e as eleições um instrumento regular para gerir a competição política ; a liberdade da imprensa registou avanços notáveis. No entanto, as Organizações da Sociedade Civil desempenham um papel mais activo, contribuindo assim para o reforço da vigilância democrática.

160. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que há um longo caminho a percorrer para finalização da agenda de democratização fixada pelos Estados-membros. A violência e as contestações que marcam a competição eleitoral no Continente, os golpes de Estado, os atentados às liberdades e outras dificuldades testemunham os desafios que devem ser ultrapassados. Isto justifica a necessidade dos esforços contínuos e firmes para responder às aspirações democráticas dos povos africanos que são apenas a continuação natural da luta contra a dominação colonial. De uma forma significativa, na véspera das revoltas populares ocorridas na África do Norte, a 275ª reunião do Conselho de Paz e Segurança, realizada a 26 de Abril de 2011, exprimiu a sua convicção quanto à necessidade de os Estados-membros renovarem o seu compromisso de apoiar a agenda da União Africana para a democracia e a governação. O Painel de Sábios iniciou uma reflexão sobre esta questão, cujos resultados serão submetidos à Cimeira em tempo útil.

161. No centro do processo de democratização em curso no Continente figura a preocupação de pôr termo ao recurso à violência para ascender ao poder e da gestão das divergências de opinião que ocorrem naturalmente em qualquer sociedade. É neste contexto que a OUA, mais tarde a UA, rejeitaram firmemente os golpes de Estado e outras formas de mudança inconstitucional de governo. Assim, a tendência do recurso à rebelião armada para defender revindicações políticas, enquanto os quadros institucionais, que são imperativos, oferecem um ambiente que permite fazer valer as preocupações das categorias e de determinados grupos constitui uma negação do exercício da democratização. Com efeito, nos seus diferentes comunicados sobre a situação no Mali, o Conselho de Paz e Segurança sublinhou a sua convicção de que o recurso à rebelião armada constitui uma grave ameaça ao processo de democratização no Continente assim como à estabilização e ao desenvolvimento de África e, como tal, deve ser vigorosamente combatido. O Conselho solicitou a todos os parceiros da União Africana para prestar o seu apoio à posição de princípio da Organização Continental no sentido de promover uma posição unificada de toda a comunidade internacional sobre esta questão.

162. Esta situação tem uma dimensão muito preocupante, pois suscita revindicações separatistas. Com efeito, o respeito da integridade territorial dos Estados-membros da União Africana figura no conjunto dos princípios mais fundamentais de África, tal como o testemunha, desde Julho de 1964, uma declaração sobre o respeito da intangibilidade das fronteiras existentes no momento da ascensão dos países africanos à independência. Na sua declaração solene sobre o Sudão, subsequente à realização do referendo da autodeterminação para as populações do Sul, a 16ª Sessão da Conferência da União sublinhou o carácter excepcional da situação naquele país que, de forma alguma, não põe em causa o princípio do respeito das fronteiras herdadas da altura da ascensão dos países africanos à independência.

163. A terminar, é importante que a presente sessão da Conferência reafirme vigorosamente a rejeição do recurso à rebelião armada assim como o compromisso dos Estados-membros de continuar a trabalhar para o aprofundamento dos processos democráticos. De igual modo, a União Africana deve continuar a velar pela preservação da unidade nacional e da integridade territorial de todos os Estados-membros bem

como ao exercício da integração do Continente. Os princípios que estão em causa prendem-se com interesse crucial para a África no seu todo. A sua defesa constitui à qual é necessária a contribuição de cada Estado-membro.

VI. CONCLUSÃO

164. Desde a última Sessão Ordinária da Conferência, o Conselho de Paz e Segurança, a Comissão e outros órgãos competentes da União prosseguiram os seus esforços de promoção da paz, segurança e estabilidade em África. Embora tenham sido registados progressos significativos, existem vários desafios por ultrapassar. Por isso, é necessário fazer uma grande mobilização de todos os actores envolvidos para a busca de soluções africanas como contribuições para a paz e segurança internacionais.

REUNIÕES E SESSÕES DE INFORMAÇÃO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA, JANEIRO DE 2012 E JUNHO DE 2012

Reunião / Sessão de Informação	Data	Agenda	Comunicado/ Outros Resultados	Documento de Trabalho
308ª	16 de Janeiro de 2012	Ponto de Situação das negociações entre Sudão e Sudão do Sul	Declaração da Imprensa **PSC/PR/BR.(CCCVIII)**	
309ª	25 de Janeiro de 2012	Informação sobre as Deliberações das Reuniões do CSNU sobre a Somália e sobre a Parceria UA-ONU	Comunicado **PSC/PR/COMM. (CCCIX)**	
310ª	14 de Fevereiro de 2012	Ponto de Situação das negociações entre Sudão e Sudão do Sul	Comunicado **PSC/PR/COMM(CCCX)**	Relatório do Presidente da Comissão sobre a situação das negociações entre a República do Sudão e a República do Sudão do Sul em relação a questões pendentes nos acordos pós-cessação **PSC/PR/2.(CCCX)**

311ª	16 de Fevereiro de 2012	1) Informação dada pelo Departamento de Assuntos Políticos sobre a observação eleitoral no continente 2) Informação sobre a próxima Conferência de Londres sobre a Somália	Declaração da Imprensa **PSC/PR/BR.1(CCCXI)** Declaração da Imprensa **PSC/PR/BR.2(CCCXI)**	
312ª	8 de Março de 2012	Informação sobre os resultados da Conferência de Londres sobre a Somália	Declaração da Imprensa **PSC/PR/BR(CCCXII)**	
313ª	19 de Março de 2012	Reunião preparatória do Comité do Estado Maior		
314ª		1. Situação na Região do Sahel 2. Situação no Norte do Mali	Declaração **PSC/MIN/DECL(CCCXIV)** Comunicado **PSC/MIN/COMM.(CCCXIV)**	Relatório do Presidente da Comissão sobre a Situação na Região do Sahel **PSC/MIN/3 (CCCXIV)**
315ª	23 de Março 2012	Situação no Mali	Comunicado **PSC/PR/COMM(CCCXV)**	
316ª	3 de Abril de 2012	Situação no Mali	Comunicado **PSC/PR/COMM(CCCXVI)**	
317ª	12 de Abril de 2012	1) Informação sobre a observação eleitoral no continente 2) Informação sobre a escalada de conflito armado na fronteira entre o Sudão e o Sudão do Sul	Declaração da Imprensa **PSC/PR/BR/1.(CCCXVII)** Declaração da Imprensa **PSC/PR/BR/2.(CCCXVII)** Declaração da Imprensa **PSC/PR/BR/3.(CCCXVII)**	

		3) Informação sobre a evolução da situação no Mali		
318ª	17 de Abril de 2012	Situação na Guiné-Bissau	Comunicado **PSC/PR/COMM(CCCXVIII)**	
319ª	24 de Abril de 2012	1) Situação na Guiné-Bissau 2) Situação no Mali 3) Situação entre o Sudão e o Sudão do Sul	Comunicado **PSC/MIN/COMM/1.(CCCXIX)** Comunicado **PSC/MIN/COMM/2.(CCCXIX)** Comunicado **PSC/MIN/COMM/3.(CCCXIX)**	Relatório do Presidente da Comissão sobre a situação na Guiné-Bissau, Mali e entre o Sudão e Sudão do Sul **PSC/MIN/3 (CCXIX)**
320ª	18 de Maio de 2012	Preparativos para a Reunião Consultiva Conjunta CPSUA-CPSUE (29-30 Maio de 2012, Bruxelas)		
321ª		1) Renovação do Mandato da Iniciativa de Cooperação Regional contra o LRA (RCILRA) 2) Continuação dos preparativos para a Reunião Consultiva	Comunicado **PSC/PR/COMM.(CCCXXI)**	Relatório do Presidente da Comissão sobre a situação da implementação do Comunicado **PSC/PR/COMM (CCXCIX)** da 299ª reunião do CPS sobre o Exército de Resistência do Senhor Informação sobre a 5ª Reunião Anual Consultiva

		Conjunta CPSUA-CPSUE.		entre o CPSUA-CSONU
	29 de Maio de 2012	5ª Reunião Anual Consultiva Conjunta CPSUA-CPSUE	Declaração de Imprensa Conjunta	
322ª	5 de Junho de 2012	Preparativos da Reunião Anual Consultiva Conjunta CPSUA-CSONU		Informação para a 6ª Reunião Consultiva entre o AUPSC e UNSC
323ª	12 de Junho de 2012	Situação no Mali (Nova Iorque)	Comunicado **PSC/PR/COMM. (CCCXXIII)**	
	13 de Junho de 2012	6ª Reunião Anual Consultiva Conjunta entre os membros do Conselho de Paz e Segurança e o Conselho de Segurança da ONU	Declaração de Imprensa Conjunta	
324ª	21 de Junho de 2012	Informação sobre o ponto de situação na República Democrática do Congo (RDC), na Guiné-Bissau e no Mali	Declaração da imprensa só sobre a RDC **PSC/PR/BR(CCCXXIV)**	
325ª	22 de Junho de 2012	Debate sobre os métodos de trabalho do CPS		
326ª	26 de Junho de 2012	Sessão aberta sobre o caso dos refugiados e deslocados internos nos países em conflito em Africa	Declaração da Imprensa **PSC/PR/BR(CCCXXVI)**	

DECLARAÇÃO DA IMPRENSA
5ª REUNIÃO CONSULTIVA CONJUNTA ENTRE O CPS DA UE E O CPS DA UA, BRUXELAS, 29 DE MAIO DE 2012
Anexo II

O Comité Político e de Segurança da União Europeia (COPSUE) e o Conselho de Paz e Segurança da União Africano (CPSUA) realizaram a sua 5ª Reunião Consultiva Conjunta, em Bruxelas, no dia 29 de Maio de 2012, no âmbito da implementação da Estratégia Conjunta África-UE. A reunião foi co-presidida pelo Embaixador Olof Skoog, Presidente Permanente da COPSUE, e Embaixador Jacques- Alfred Ndoumbe Eboule, Presidente do AUPSC para o mês de Maio de 2012.

O encontro ocorreu num momento marcado por desafios constantes no Corno de África e graves crises de segurança, política e humanitária em algumas partes da África Ocidental, destacando a necessidade de uma cooperação permanente com vista a alcançar nossos objectivos comuns de garantir a paz e segurança, bem como promover governação democrática, respeito pelos direitos humanos e Estado de Direito. As discussões entre as duas partes, que se centraram sobre a Somália, o Sudão e o Sul do Sudão, Guiné-Bissau e Mali, reafirmaram o compromisso do CPSUA e do COPSUE de reforçar os seus esforços conjuntos rumo a prevenção e resolução de crises, e a importância de respostas unificadas às mudanças inconstitucionais de Governo.

1. Sobre a Somália

O COPSUE e o CPSUA concordaram que o actual processo político, que decorre com base no Acordo de Djibuti, Acordo de Kampala, os processos Garoowe e o Roteiro Político, oferecem o melhor caminho para o restabelecimento da paz e segurança na Somália. Com menos de três meses para o fim do período da transição política neste país e antes da próxima Conferência de Istambul sobre a Somália, os dois lados apelaram a liderança do país para honrar os seus compromissos de modo a garantir que prazo de 20 de Agosto seja respeitado e abordar as questões pendentes com vista a concluir a transição de uma forma transparente e inclusiva, com participação activa de todos os intervenientes. A UE e a UA saudaram o compromisso renovado dos intervenientes somalis na sua reunião em Adis Abeba, de 23 de Maio, para cumprir o prazo de 20 de Agosto de 2012 de acelerar a execução das tarefas pendentes de transição. Ambos os lados concordaram que não iriam aceitar qualquer prorrogação do mandato das Instituições Federais de Transição). Enaltecendo as realizações da Missão da União Africana na Somália (AMISOM), eles prestaram homenagem aos países africanos que contribuem com polícia e tropas para a Missão, bem como outras formas de apoio concedidos, incluindo formação, e recordaram a continuação do apoio substancial da UE para a AMISOM e a formação de soldados somalianos pela "EUTM Somália". Ambos os lados apelaram a outros doadores para continuaram a aumentar a sua contribuição para o financiamento sustentável da AMISOM, sublinharam a importância de esforços internacionais coordenados no domínio da segurança, e concordaram sobre a importância da assistência à AMISOM no desenvolvimento da sua capacidade de proteger civis. Como parte da abordagem

global da UE para a Somália e região do Corno de África em geral, o CPS da UA saudou a nomeação de um Representante Especial da UE para a região, a contribuição da missão marítima da UE, EUNAVFOR Atalanta, para a luta contra a pirataria e a decisão da UE para desdobrar uma nova missão marítima regional de capacitação, EUCAP Nestor. O CPSUE saudou o desenvolvimento de uma Estratégia abrangente da UA sobre segurança e protecção marítima.

2. Sobre o Sudão e o Sudão do Sul

O PSC da UE reiterou o apoio total da UE ao Roteiro da UA conforme aprovado por unanimidade pelo Conselho de Segurança da ONU, recordando que ele oferece medidas concretas com prazos claros para acabar com as hostilidades e para permitir que ambos os países resolvam as suas questões pendentes. O compromisso com o roteiro por ambos os países deve ser acompanhado de acções no terreno e, em particular, activação rápida do Mecanismo Conjunto Verificação e Monitorização da Fronteira, bem como a retirada completa de todas as forças de segurança sudanesas de Abyei. Tanto o Sudão e como o Sudão do Sul devem implementar o Roteiro da UA e todas as disposições da Resolução nº 2046 (2012) do CSONU, sem condições ou atraso. As duas partes reiteraram o seu apoio aos esforços do Painel de Implementação de Alto Nível da UA, sob a Presidência do ex-Presidente Mbeki, para criar condições para negociações directas entre o Sudão e o Sudão do Sul, e saudaram a reinício das negociações em 29 de Maio de 2012, em Adis Abeba. Os CPS da UE e da UA salientaram a necessidade de ambas as partes se absterem de qualquer acção unilateral que possa dar origem a novos confrontos, incluindo bombardeamentos aéreos e incursões transfronteiriças, e de dar apoio a agentes e movimentos rebeldes no território do outro. Eles expressaram sua profunda preocupação com a situação humanitária no Sul de Kordofan e do Nilo Azul, e invocaram a iniciativa da UA/ONU/Liga dos Estados Árabes e instaram o Governo do Sudão para permitir o acesso seguro e irrestrito à assistência humanitária sem qualquer condição ou atraso.

O CPS da UE e o CPS da UA reiteraram seu apoio ao Documento de Doha para a Paz em Darfur (DDPD), e apelaram a todas as partes a redobrarem esforços no sentido de acelerar a sua implementação, especialmente em termos de dividendos concretos da paz para o povo de Darfur, bem como os movimentos não signatários para aderirem ao processo de paz de Doha, sem mais delongas.

3. Sobre o Sahel e Mali

A CPS da UA e do CPS da UE reiteraram a sua firme condenação da tomada do poder pela força no Mali e instaram todas as partes a cooperarem plenamente com o Governo de Transição e concordarem em um roteiro abrangente para o restabelecimento total da ordem e civil constitucional. De igual modo condenaram veementemente a recente agressão física contra o Presidente Interino, Dioncounda Traoré, o que destaca a fragilidade dos acordos políticos existentes e a falta do controlo efectivo por parte do Governo sobre as forças de segurança. Neste aspecto, os dois lados reafirmaram a sua determinação de considerar o uso de sanções contra desordeiros civis e militares que minam a autoridade do Governo de Transição no Mali, e impedem, dessa forma, o processo político, para além de violações de direitos humanos.

Eles saudaram os esforços da CEDEAO e reafirmaram o seu apoio à região para consolidar uma transição liderada por civis, incluindo um processo eleitoral nacional no Mali, dentro de um período de transição de doze meses. Os dois lados rejeitaram a

"declaração de independência feita pelo Movimento Nacional de Libertação de Azawad", que é nula e sem efeito, bem como a declaração conjunta do MNLA e Ansar Din, feita no dia 27 de Maio de 2012 e reiteraram o seu compromisso de preservar a unidade e integridade territorial do Mali. A UE reiterou a sua disponibilidade de considerar um apoio aos esforços da UA e CEDEAO no sentido de preservar a unidade e a integridade territorial do Mali e abordar as principais causas da situação.

Ambos os lados condenaram veementemente as violações dos direitos humanos no Norte do Mali por rebeldes e grupos armados e terroristas. As duas partes congratularam-se pela iniciativa da UA de instalar um Grupo de Apoio e Acompanhamento da situação no Mali e esperamos ver a realização da sua primeira reunião em Abidjan, em 7 de Junho de 2012.

Reiteraram a necessidade de abordar os desafios do Sahel de uma maneira holística, abrangendo aspectos de segurança, política, assistência humanitária, segurança alimentar, reinserção dos trabalhadores migrantes e de desenvolvimento e acompanhamento a longo prazo. Nesse contexto, saudaram a Estratégia da UA que consta no comunicado de 20 de Março da reunião ministerial do CPS da UA, bem como a decisão da UE de enviar uma missão do sector de segurança civil para o Níger neste verão.

4. Sobre Guiné-Bissau

O CPS da UE e o CPS da UA reiteraram a sua condenação do golpe de Estado na Guiné-Bissau e manifestaram a sua preocupação com os impactos negativos do tráfico de drogas e crime organizado na Guiné-Bissau e na sub-região. De acordo com o comunicado da UA, de 24 de Abril de 2012, as conclusões do Conselho da União Europeia para Assuntos Externos, de 23 de Abril de 2012, e a de Resolução 2048 (2012) do Conselho de Segurança da ONU, reafirmaram a sua exigência de restabelecimento imediato da ordem constitucional, restabelecimento do processo do governo legítimo democrático da Guiné-Bissau e a retomada do processo eleitoral interrompido. Eles recordaram que a UE e as Nações Unidas adoptaram medidas restritivas individuais contra os líderes e apoiantes do golpe. Ambos os lados reafirmaram a importância de uma acção internacional concertada, incluindo das Nações Unidas, CEDEAO, UA, UE e CPLP, com vista a restabelecer a ordem constitucional, completando uma reforma genuína da defesa e segurança e combate ao tráfico de drogas e a impunidade.

5. Sobre a Iniciativa Regional contra LRA

O CPS da UE e o CPS da UA saudaram a operacionalização da iniciativa regional da UA - em especial a criação da Sede Regional do Grupo de Trabalho e do Centro de Operações Conjuntas - e, recordando o apoio da UE, incentivaram o Enviado Especial da UA para prosseguir os seus esforços destinados a facilitar a implementação desta iniciativa.

6. Sobre o Contra terrorismo

O CPS da UE e o CPS da UA apreciaram a cooperação existente no domínio de contra terrorismo e o CPS da UE reafirmou o seu apoio aos programas e actividades do Centro Africano de Estudos e Investigação sobre o Terrorismo.

7. Sobre a Coordenação de assuntos globais

O CPS da UE e o CPS da UA reiteraram seu compromisso de reforçar a coordenação sobre questões globais de interesse comum nas instâncias internacionais e continuar a cooperar no domínio da Arquitectura Africana de Paz e Segurança. Neste contexto, congratularam-se com os progressos alcançados na preparação do segundo ciclo do exercício Amani África. Os dois lados reconheceram a necessidade de financiamento previsível, flexível e sustentável para as operações de manutenção da paz lideradas pela UA.

Eles concordaram em continuar a manter estreitas consultas e cooperação em todas estas questões bem como em voltar a se reunir novamente em Adis Abeba, em 2013.

COMUNICADO DA REUNIÃO CONSULTIVA ENTRE OS MEMBROS DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS E O CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA
Anexo III

1. Os membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPSUA) realizaram sua 6ª Reunião Consultiva, na Sede das Nações Unidas em Nova Iorque, na Quarta-feira, dia 13 de Junho de 2012.

2. Reafirmando a responsabilidade primordial do Conselho de Segurança de manutenção da paz e segurança internacionais e o mandato do Conselho de Paz e Segurança da União Africana no que diz respeito à promoção da paz e segurança em África, bem como as disposições do Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas sobre o papel dos acordos regionais na resolução de conflitos entre e no seio de seus Estados Membros, e também invocando os comunicados das suas reuniões consultivas anteriores realizadas entre 2007 e 2011, o encontro passou em revista, mais uma vez, as questões de interesse comum, determinadas formas e meios de reforçar a parceria entre as duas instituições, em harmonia com o Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas no tocante à manutenção da paz e segurança em África.

3. Os membros do Conselho de Segurança da ONU e do Conselho de Paz e Segurança da UA avaliaram a cooperação existente entre si no que concerne à prevenção e resolução de conflitos, manutenção da paz e construção da paz, incluindo a manutenção da ordem constitucional, promoção de direitos humanos, democracia e Estado de Direito em África.

4. Os membros do CSNU e do CPSUA reconheceram o papel positivo que as mulheres têm desempenhado na resolução pacífica de conflitos e realçaram a necessidade de fortalecer a participação das mulheres em processos de paz, de mediação e políticos. A este respeito, reafirmaram o papel vital das mulheres na prevenção e resolução de conflitos, nas negociações de paz, construção da paz, manutenção da paz, resposta humanitária e na reconstrução pós-conflito. Os membros do CSNU e do CPSUA expressaram a sua preocupação em relação à condição das mulheres e crianças em situações de conflito e no contexto pós-conflito; eles realçaram a necessidade de abordar eficazmente o problema da violência sexual em situações de conflitos armados e pós-conflito, de investigar crimes cometidos contra mulheres e crianças e garantir que os seus autores sejam levados à justiça. Eles salientaram igualmente a necessidade de as Nações Unidas e a União Africana trabalhar no sentido de garantir que as mulheres e as perspectivas do género sejam plenamente

integradas nos esforços de paz e segurança levados a cabo pelas duas organizações, incluindo a capacitação necessária.

Reforço de métodos de trabalho e de cooperação

5. Os membros do CSNU e do CPSUA saudaram a adopção da Resolução nº 2033 (2012), e salientaram a importância do reforço da cooperação e do desenvolvimento de relações eficazes, consistentes com o Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas com vista a fazer face aos desafios comuns da segurança colectiva em África.

6. Os membros do CSNU e do CPSUA tomaram nota do Comunicado do CPSUA de 9 de Janeiro 2012, bem como dos relatórios do Presidente da Comissão da União Africana e do Secretário-geral das Nações Unidas sobre suas respectivas visões estratégicas da parceria entre a União Africana e as Nações Unidas, bem como as modalidades práticas propostas nestes relatórios para fortalecer a parceria entre as duas instituições. Eles destacaram que os esforços comuns e coordenados empreendidos pelo Conselho de Segurança e pelo Conselho de Paz e Segurança da União Africana em matéria de paz e segurança, devem ter como base as suas respectivas autoridades, competências e capacidades.

7. Os membros do CSNU e do CPSUA expressaram satisfação com o recente progresso alcançado na cooperação entre os dois Conselhos e manifestaram a sua determinação em melhorar a eficácia destas reuniões de consulta no futuro. Eles concordaram em desenvolver novas formas para reforçar as relações entre os dois Conselhos, incluindo através de reuniões consultivas anuais mais eficazes, da realização de consultas em tempo útil, e realização de missões de campo para colaboração dos dois Conselhos, conforme o caso, para formular posições e estratégias coesas com base em cada caso ao lidar com situações de conflito em África.

8. Os membros do CSNU e do CPSUA saudaram a interacção regular entre o Secretariado das Nações Unidas e a Comissão da União Africana, através do Grupo de Trabalho Conjunto Nações Unidas - União Africana sobre Paz e Segurança e incentivaram o Grupo de Trabalho para continuar a concentrar-se em questões nacionais específicas e estratégicas do continente Africano, que são de interesse de ambas as organizações e solicitaram ao Grupo de Trabalho para estudar formas de melhorar a cooperação entre as Nações Unidas e a União Africana na prevenção de conflitos em África.

9. Os membros do CSNU e do CPSUA saudaram igualmente a estreita colaboração do Secretariado das Nações Unidas, principalmente em (i) a Missão Técnica Conjunta de Avaliação da União Africana - Nações Unidas sobre a AMISOM, (ii) missão conjunta de avaliação para na região do Sahel e (iii) desenvolvimento do Quadro de Facilitação Africano e das Nações Unidas do Processo de Paz de Darfur.

10. Os membros do CSNU e do CPSUA incentivaram igualmente a melhoria das interacções regulares, consultas e coordenação, conforme o caso, entre si sobre assuntos de interesse mútuo. Eles manifestaram o seu apoio por uma maior interacção entre o Secretariado das Nações Unidas e a Comissão da União Africana para troca de

informações, e, conforme o caso, coordenar a preparação das recomendações, incluindo através de avaliações conjuntas, se for o caso, a fim de auxiliar o Conselho de Segurança e o Conselho de Paz e Segurança da União Africana na formulação de posições e estratégias coesas.

11. Os membros do CSNU e do CPSUA reiteraram a necessidade de aumentar a previsibilidade, sustentabilidade e flexibilidade de financiamento da capacidade de paz e segurança da União Africana. Eles invocaram o relatório do painel da União Africana-Nações Unidas (AI631666-SI20081813) como um importante contributo para os esforços globais visando melhorar a capacidade da União Africana na realização de operações de manutenção da paz. Eles reiteraram igualmente que as organizações regionais têm a responsabilidade de assegurar o apoio humano, financeiro, logístico e de outros recursos para suas organizações, nomeadamente através de contribuições de seus membros e apoio de parceiros. Eles pretendem continuar a troca de opiniões sobre a questão nas futuras reuniões consultivas conjuntas.

Consolidação da Paz na África Ocidental

12. Os membros do CSNU e do CPSUA condenaram os casos recentes de mudança inconstitucional na África Ocidental e reiteraram seu compromisso de reforçar a paz, a democracia e a estabilidade no continente. Eles também expressaram preocupação com a grave ameaça à paz internacional e estabilidade em regiões diferentes do mundo, em particular a África Ocidental e a região do Sahel, impostos pelo crime organizado transnacional, incluindo, o tráfico de armas e de drogas, pirataria e roubo à mão armada no alto mar. Eles também expressaram grave preocupação com a insegurança e rápida deterioração da situação humanitária na região do Sahel, que se torna ainda mais complicada devido a presença e actividades de grupos armados e terroristas, bem como pela proliferação de armas, oriundas de dentro e fora da região, que ameaçam a paz, segurança e estabilidade dos Estados da região.

Guiné-Bissau

13. Os membros do CSNU e do CPSUA expressaram a sua firme condenação do golpe de Estado perpetrado em 12 de Abril de 2012.

14. Os membros do CSNU e do CPSUA sublinham a necessidade urgente de continuar a reforçar as medidas com vista a restabelecer e respeitar a ordem constitucional, incluindo um processo eleitoral democrático, e que os membros do "Comando Militar" renunciem sua posição de autoridade. Eles expressaram igualmente a sua preocupação face aos relatos persistentes de violações e abusos dos direitos humanos, incluindo detenções arbitrárias, maus tratos durante a detenção, repressão de manifestações pacíficas e restrições à liberdade de circulação.

15. Os membros do CSNU e do CPSUA reafirmaram a importância de uma acção internacional concertada, inclusive a levada a cabo pela ONU, UA, CEDEAO, CPLP e UE, bem como os esforços de mediação liderados pela CEDEAO, com vista a desenvolver uma estratégia abrangente e integrada com medidas concretas destinadas a implementação de reformas no sector de segurança, reformas políticas e económicas, combate ao tráfico de drogas e à impunidade. Os membros do CSNU e do CPSUA resolveram igualmente manter a situação na Guiné-Bissau sob constante revisão e cada um expressou a sua prontidão para considerar medidas adicionais. Neste contexto, destacaram a retirada da missão militar angolana da Guiné-Bissau.

16. Os membros do CSNU e do CPSUA sublinharam que a recorrência de interferência ilegal dos militares na política da Guiné-Bissau e o impacto do tráfico de droga e o crime organizado contribuem para a persistência da instabilidade e uma cultura de impunidade, e prejudicam os esforços para consolidar o Estado de Direito, implementar a Reforma do Sector de Segurança e promover o desenvolvimento e fortalecimento de uma cultura democrática. Eles reafirmaram a necessidade de restabelecimento efectivo da ordem constitucional.

Mali

17. Os membros do CSNU e do CPSUA condenaram veementemente a tomada à força do poder do Governo democraticamente eleito do Mali por alguns membros das forças armadas do Mali.

18. Os membros do CSNU e do CPSUA reconheceram a assinatura em 6 de Abril de 2012, entre os autores do golpe de Estado no Mali e a mediação da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), de um Acordo Quadro para a implementação do Compromisso Solene de 1 Abril de 2012, que prevê uma série de medidas com vista a restauração da ordem constitucional no Mali. Eles instaram todas as partes malianas a implementarem este acordo.

19. Os membros do CSNU e do CPSUA exortaram os malianos a desistir da conduta ilegal e de actos de violência e apoiar todos os esforços políticos e legítimos destinados a restabelecer o regime constitucional e democrático.

20. Os membros do CSNU e do CPSUA reafirmaram a necessidade de manter e respeitar a soberania, unidade e integridade territorial do Mali e rejeitar categoricamente qualquer declaração em contrário, e exigem a este respeito a cessação total das hostilidades no norte de Mali perpetradas por grupos rebeldes e reconhecem os esforços da CEDEAO tendo por fim explorar opções destinadas a restabelecer a paz e segurança no Mali, no contexto da defesa da integridade territorial do Mali.

21. Os membros do CSNU e do CPSUA manifestaram a sua profunda preocupação com o aumento da ameaça terrorista no norte do Mali, devido à presença entre os rebeldes de membros da Al-Qaeda no Magrebe Islâmico, condenaram toda a forma de violência, incluindo contra os trabalhadores humanitários e apelaram para a cessação

imediata de toda a forma de violência e reiteraram o seu a todas as partes do Mali para procurarem uma solução pacífica através do diálogo político adequado.

22. Os membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas e do Conselho de Paz e Segurança da União Africana reafirmaram o seu apoio aos esforços de mediações levados a cabo pela ONU, UA e CEDEAO destinadas a restauração da ordem constitucional no Mali, bem como para iniciar medidas concretas para defender a unidade, soberania e integridade territorial do Mali.

23. Os membros do CSNU e do CPSUA tomaram nota do comunicado da reunião do CPSUA realizada em 12 de Junho de 2012 e examinará as propostas para futuras medidas adequadas a fim de ajudar a CEDEAO, nos seus esforços no Mali.

Sudão/ Sudão do Sul

24. Os membros do CSNU e do CPSUA saudaram a adopção da Resolução nº 2046 (2012) do CSONU, que expressava o seu apoio ao Comunicado do Conselho de Paz e Segurança da União Africana de 24 de Abril de 2012. Eles saudaram a retomada das negociações entre os Governos do Sudão e do Sudão do Sul, sob os auspícios do Painel de Alto Nível de Implementação da UA (AUHIP) e reafirmaram que os Governos do Sudão e do Sudão do Sul devem cumprir com todas as suas obrigações nos termos da Resolução nº 2046 (2012) e do Roteiro da UA para garantir a paz e estabilidade, bem como criar condições necessárias para dois estados viáveis e prósperos.

25. Os membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas e do Conselho de Paz e Segurança da União Africana expressaram a sua preocupação com a situação prevalecente entre o Sudão e o Sudão do Sul. Eles reafirmaram o seu forte compromisso com a soberania, independência, unidade e integridade territorial do Sudão e Sudão do Sul e reiteraram que os limites territoriais dos Estados não poderão ser alterados com recurso a força e que quaisquer disputas territoriais, sejam resolvidos exclusivamente através de meios pacíficos;

26. Os membros do CSNU e do CPSUA expressaram a sua preocupação com o conflito nos Estados de Kordofan Sul e do Nilo Azul no Sudão, bem como a consequente terrível situação humanitária. Eles reafirmaram que o Governo do Sudão e o SPLM-N devem cooperar totalmente com o AUHIP e o Presidente da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) a fim de se alcançar uma solução negociada com base no Acordo Quadro de 28 de Junho de 2011 sobre Parceria Política entre NCP e SPLM-N e os Acordos Políticos e de Segurança sobre os Estados do Nilo Azul e de Kordofan Sul. Eles apelaram ao Governo do Sudão e ao SPLM-N a aceitar a proposta tripartida da União Africana, Nações Unidas e Liga dos Estados Árabes, para permitir o acesso humanitário imediato à população afectada nas duas áreas.

27. Os membros do CSNU e do CPSUA expressaram a sua preocupação com a continuação de violência e insegurança em Darfur. Eles saudaram o Quadro de Facilitação da União Africana e das Nações Unidas para o Processo de Paz de Darfur. Sublinharam,

também, a importância da implementação do Documento de Doha para a Paz em Darfur (DDPD) e, neste contexto, saudaram a tomada de posse da Autoridade Regional de Darfur como um passo importante na implementação do Documento de Doha para a Paz e salientaram a necessidade de assegurar que esta Autoridade tenha recursos e capacidades suficientes para cumprir as suas responsabilidades. Eles exortaram igualmente todas as partes, em especial os movimentos armados que não assinaram o Documento de Doha para a Paz em Darfur, para indicar a vontade de negociar sem pré-condições ou atrasos adicionais, com base no Documento de Doha para a Paz em Darfur e participar plenamente na Mediação Conjunta União Africana/ Nações Unidas.

Somália

28. Os membros do CSNU e do CPSUA observaram que o processo político na Somália está numa fase crítica, com apenas dois meses para chegar ao fim do período de transição, em 20 de Agosto de 2012. Eles observaram que não haverá mais prorrogação do período de transição. Saudaram os avanços até aqui registados na implementação do Roteiro para terminar a transição, e reafirmaram seu compromisso de apoiar o processo. Eles manifestaram a sua preocupação pelo facto de se ter cumprido alguns prazos para a conclusão de certas actividades.

29. Os membros do CSNU e do CPSUA instaram as Instituições Federais de Transição e todos os outros signatários do Roteiro para redobrar seus esforços para concluir, em tempo útil, as tarefas que restaram, incluindo a criação de uma Assembleia Constituinte representativa, com a participação das mulheres e da sociedade civil, e a adopção de uma Constituição provisória assente no respeito dos direitos humanos e liberdades fundamentais e à criação de um novo parlamento, realização de eleições indirectas do presidente do parlamento e presidente do país. Saudaram o Acordo de Adis Abeba de 23 de Maio, que deu uma nova dinâmica ao processo e reiteraram a importância do cumprimento dos prazos aceites no Acordo de Adis Abeba.

30. Os membros do CSNU e do CPSUA salientaram a responsabilidade primária das partes somalianas em chegar a um acordo sobre uma base ampla, abrangente e arranjos representativos pós-transitórios, consistentes com o Processo de Paz do Djibuti, Acordo de Kampala, Roteiro, Princípios Garowe, e Acordo de Adis Abeba. Eles instaram as Instituições Federais de Transição e os signatários do Roteiro para honrar os seus compromissos e realçaram a importância de um processo político transparente e legítimo, incluindo consultas públicas sobre a Constituição. Congratularam-se com as conclusões e os compromissos dos actores intervenientes somalianos e da comunidade internacional na Conferência de Londres, de 23 de Fevereiro e a Conferência lstanbul, de 31 de Maio -1 de Junho. Ao abordar os desafios da Somália, apelaram para uma abordagem coerente e de cooperação internacional permanente.

31. Os membros do CSNU e do CPSUA manifestaram seu firme apoio à carta Conjunta União Africana-Autoridade Intergovernamental -Nações Unidas sobre o Desenvolvimento, de 1 de Maio de 2012 e reiteraram a sua disponibilidade para apoiar as medidas contra

agentes internos e externos ou grupos que tentarem prejudicar ou obstruir o processo de paz na Somália, inclusive após o prazo de transição de Agosto ter passado, embora reconhecendo a importância da liberdade de expressão e de reunião.

32. Os membros do CSNU e do CPSUA enalteceram os progressos alcançados pela Missão da União Africana na Somália (AMISOM) e pelas Forças de Segurança Nacional somalianas na consolidação da segurança e estabilidade em Mogadíscio, e reconheceram os enormes sacrifícios consentidos por estas forças. Eles também saudaram a adopção da Resolução nº 2036 (2012) que facilita a expansão do controlo pelo Governo Federal de Transição (TFG) sobre grande parte do território da Somália. Saudaram igualmente a cooperação entre a UA e a ONU na Missão Técnica de Avaliação com o objectivo de desenvolver um novo Conceito das Operações da AMISOM. Eles apelaram aos novos países contribuintes com tropas para integrar plenamente as suas forças no comando da AMISOM e nas estruturas de controlo, em conformidade com a resolução acima mencionada. Eles sublinharam a necessidade de agilizar o fornecimento de pessoal da Sede da Força e exortaram todos os países interessados no sentido de cooperar totalmente a este respeito.

33. Os membros do CSNU e do CPSUA saudaram o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho e pelas estruturas de governação com vista a promover estabilidade e reconciliação nas regiões recém-libertadas na Somália e encorajaram outros esforços neste sentido.

34. Os membros do CSNU e do CPSUA estiveram profundamente preocupados com a ameaça que a pirataria e o roubo à mão armada no alto mar contra navios representam para a situação na Somália e noutros Estados da região, bem como para a navegação internacional, para a segurança das rotas marítimas comerciais, segurança dos tripulantes e de outras pessoas. Eles sublinharam a importância de uma resposta abrangente para reprimir a pirataria e as suas causas subjacentes, incluindo a necessidade de investigar e processar aqueles que financiam, planeiam, organizam ou lucram com os ataques piratas e tomaram nota do relatório do Secretário-Geral de 25 de Outubro de 2011 sobre a protecção dos recursos naturais e das águas da Somália, e sobre a alegada pesca ilegal e despejos ilegais, incluindo de substâncias tóxicas, de acordo com o parágrafo 7 da Resolução 1976 (2011). Eles sublinharam que a paz e estabilidade na Somália, o fortalecimento das instituições do Estado, o desenvolvimento económico e social, o respeito pelos direitos humanos, o Estado de direito e o necessário para criar condições para a erradicação permanente da pirataria e assaltos à mão armada no mar ao largo da costa da Somália.

35. A próxima reunião consultiva terá lugar na Sede da União Africana, em Adis Abeba, numa data até Julho de 2013.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository **http://archives.au.int**

Organs Assembly Collection

2012-07-16

Report of the Peace and Security Council on its Activities and the State of Peace and Security in Africa

African Union

DCMP

https://archives.au.int/handle/123456789/9074

Downloaded from African Union Common Repository